

INFORME DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

*Dados relativos às Entidades Fechadas
de Previdência Complementar*

JUNHO/2012

Número • 1

Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC

Expediente

Garibaldi Alves Filho
Ministro da Previdência Social

Jaime Mariz de Faria Júnior
Secretário de Políticas de Previdência Complementar

José Edson da Cunha Júnior
Secretário Adjunto de Políticas de Previdência Complementar

Elaboração: Coordenação de Análise Conjuntural – COANC/SPPC

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Correspondência

Ministério da Previdência Social
Secretaria de Políticas de Previdência Complementar
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" – 6º andar, sala 601
Brasília – DF 70.059-900
Tel. (0XX61) 2021-5320 / (0XX61) 2021-5484
E-mail: coanc.sppc@previdencia.gov.br

Março/2013.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC	6
3. PLANOS DE BENEFÍCIOS OPERADOS PELAS EFPC	9
3.1. Planos Criados e Encerrados	10
3.2. Planos Patrocinados	11
3.3. Planos Instituídos	12
3.4. Fundamentação Legal dos Planos	12
4. FLUXO DE RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	13
4.1. Contribuição normal	13
4.2. Ingresso de Recursos Previdenciais	13
4.3. Benefícios (Aposentadoria e Pensão) e Institutos (Resgate e Portabilidade)	15
4.4. Fluxo de Recursos em Relação ao Ativo Total	15
5. PATROCINADORES	17
6. ATIVOS E INVESTIMENTOS	19
6.1. Ativo total em relação ao PIB	19
6.2. Crescimento Patrimonial	21
6.3. Gestão dos Investimentos	23
6.4. Investimentos por Segmento de Alocação	24
7. POPULAÇÃO	27
7.1. Crescimento da População dos Fundos de Pensão	27
7.2. Fluxo de Participantes	28
7.3. Cobertura do Regime de Previdência Complementar quanto aos Segurados Empregados	30
7.4. Segurados do RGPS cobertos pelo RPC	33
7.5. Benefício Médio	35
8. MATURIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	36
8.1. Maturidade Populacional	36

8.2. Maturidade Financeira	36
8.3. Percentual das Provisões Matemáticas Relativas a Benefícios Concedidos e a Conceder	38
9. SOLVÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	40
9.1. Equilíbrio dos Planos	40
9.2. Resultados realizados (Superávit ou Déficit) em Relação às Provisões Matemáticas	41
9.3. Tábuas de Mortalidade Geral	41
9.4. Taxas de Juros	43
9.5. Sustentabilidade	46
9.6. Grau de Dependência Junto aos Patrocinadores	47
10. CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	48
10.1. Custeio Administrativo por Participante e Assistido do Plano	48
10.2. Taxa de Administração	50
10.3. Taxa de Carregamento	51
10.4. Limites do Custeio Administrativo	52
11. NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO NO RPC	53
12. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	54

O debate sobre as políticas públicas e ações voltadas para o Regime de Previdência Complementar – RPC, operado por entidades fechadas de previdência complementar – EFPC, tem se pautado na elevação da cobertura do regime em relação à população economicamente ativa e no aumento da participação dos Fundos de Pensão na Economia do país, de forma sustentável e compatível com o desenvolvimento socioeconômico. Em linha com esses objetivos, as ações do governo se desenvolvem no sentido da garantia de segurança e da credibilidade do regime, bem como em seu fomento.

Com relação à segurança e credibilidade as ações do governo têm sido no sentido da revisão das regras de precificação de seus componentes patrimoniais e do aperfeiçoamento das regras de retirada de patrocínio e de melhorias na governança.

No que se refere ao fomento, por entender-se que essa medida é importante para o país, seja pelo seu papel na garantia de renda adicional aos trabalhadores (inclusão previdenciária), protegendo um maior número de pessoas, seja pelo incremento da poupança de longo prazo e consequente crescimento dos recursos disponíveis para investimentos na economia brasileira. As ações que vêm sendo desenvolvidas nesse sentido são diversas, como a racionalização e o aperfeiçoamento da legislação, educação previdenciária, flexibilidade dos planos de benefícios, dentre muitas outras.

É nesse intuito que a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC, do Ministério da Previdência Social, inaugura o Informe da Previdência Complementar, considerando que a divulgação de informações sobre o RPC é primordial para o crescimento e aperfeiçoamento desse segmento.

O objetivo deste Informe é produzir e disseminar conhecimento para contribuir para o desenvolvimento do regime e, simultaneamente, incrementar o debate servindo de suporte aos que o operam e estudam, além de apresentar um panorama geral do mercado de previdência complementar brasileiro, operado por EFPC, por meio de dados¹ e indicadores².

Dentre as vantagens que esperamos trazer estão: melhoria na compreensão do próprio setor; maior acesso e confiabilidade nas informações; identificação e avaliação de avanços, melhorias, questões críticas e necessidades de mudanças; e, viabilização da análise comparativa com outros sistemas nacionais e internacionais.

A seleção e a construção dos indicadores bem como a escolha das variáveis, dados e demais informações que compõem este relatório constituem tarefa primordial e, ao mesmo tempo, complexa, já que a previdência complementar abrange um amplo e heterogêneo espectro de atividades, temas, entidades e planos com resultados e exigências muito distintos, envolvendo diversos agentes e instituições públicas e privadas.

Assim, a SPPC coloca à disposição dos leitores um canal de comunicação no endereço de e-mail coanc.sppc@previdencia.gov.br, para que sejam encaminhadas sugestões, como inclusões, exclusões ou alterações no conteúdo, metodologias ou indicadores, aprofundando o debate com o encaminhando de dúvidas, comentários, estudos e outras contribuições.

Por fim, pretende-se que esse Informe passe a ser uma importante ferramenta de acompanhamento sistemático e periódico do Regime de Previdência Complementar.

1. Os dados contidos neste informe foram extraídos em outubro/2012.

2. O cálculo dos indicadores intrínsecos aos planos e entidades está detalhado no item “Notas Metodológicas” ao final desse Informe.

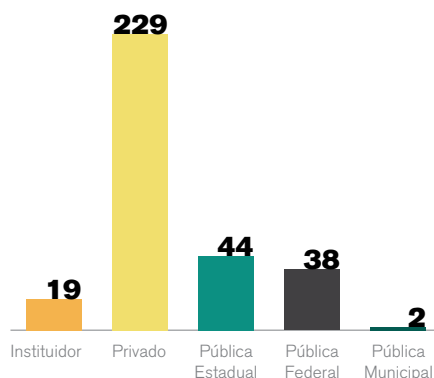
2

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – EFPC

O Regime de Previdência Complementar, operado pelas entidades fechadas, possui 332 entidades em atividade (junho/2012). As entidades consideradas em atividade são as que estão em situação normal, em liquidação³ ou sob intervenção⁴. Do total de EFPC, 69% têm patrocínio predominantemente⁵ privado e 206 delas estão concentradas na região sudeste do país, conforme pode ser visto nos gráficos 2.1 e 2.2.

GRÁFICO 2.1 - Quantidade de EFPC por Patrocínio Predominante (Jun/2012)

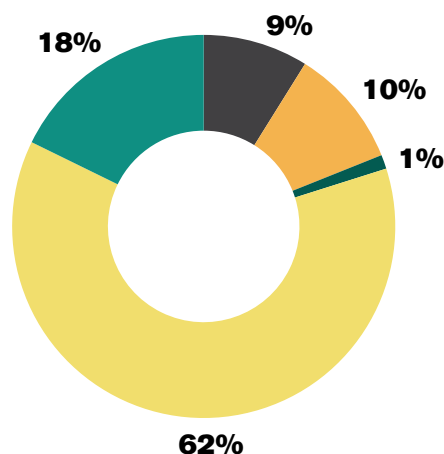
- 1** Instituidor: 19
 - 2** Privado: 229
 - 3** Pública Estadual: 44
 - 4** Pública Federal: 38
 - 5** Pública Municipal: 2
- Total:** 332



Fonte: Dados extraídos do BO (Business Object)/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 2.2 - Quantidade de EFPC por Região (Jun/2012)

- Centro-oeste:** 30
 - Nordeste:** 33
 - Norte:** 4
 - Sudeste:** 206
 - Sul:** 59
- Total:** 332



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

3. Em liquidação: De acordo com o artigo 48 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a liquidação extrajudicial será decretada quando reconhecida a inviabilidade de recuperação da EFPC ou pela ausência de condição para o seu funcionamento.

4. Sob intervenção: São consideradas EFPC sob intervenção aquelas que assim foram decretadas por estarem com irregularidades, situação econômico-financeira desfavorável e outras anormalidades, conforme disposto nos incisos I a VI do artigo 44 da Lei Complementar nº 109, de 2001.

5. A classificação por Patrocínio Predominante divide as entidades fechadas entre as que são formadas por patrocinadores privados, públicos federais, públicos estaduais, públicos municipais e as que são formadas por instituidores.

Entre 2005 e junho de 2012 esse panorama também não foi diferente. Como mostra a tabela 2.1, durante esse período, as entidades localizadas na região sudeste representaram em média 64% de todo o mercado de previdência complementar.

TABELA 2.1 - Evolução da Quantidade de EFPC por Região (2005 a Jun/2012)

Ano	Região					Total
	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sul	Sudeste	
2005	4	33	27	55	223	342
2006	4	33	29	58	229	353
2007	4	33	29	58	227	351
2008	4	34	30	60	226	354
2009	4	35	30	61	224	354
2010	4	35	30	61	222	352
2011	4	34	30	60	210	338
Jun/2012	4	33	30	59	206	332

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

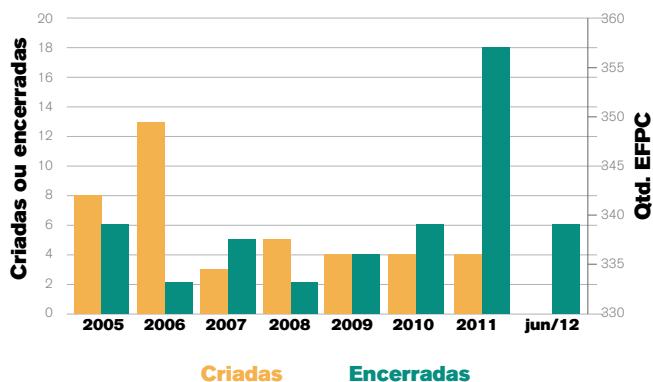
No que se refere à evolução das entidades fechadas por patrocínio predominante, no período de 2005 a junho de 2012, houve um significativo crescimento no número de entidades constituídas por instituidores, saindo de 5 (cinco) em 2005 e chegando a 19 (dezenove) em junho/2012, um incremento total de 280%. As entidades de patrocínio privado apresentaram uma queda de 10,5%, as de patrocínio público estadual cresceram 4,7%, e as de patrocínio público federal e público municipal mantiveram-se estáveis no período.

TABELA 2.2 - Evolução da Quantidade de EFPC por Patrocínio Predominante (2005 a Jun/2012)

Ano	Instituidor	Privada	Pública Estadual	Pública Federal	Pública Municipal
2005	5	256	42	37	2
2006	13	259	42	37	2
2007	14	256	42	37	2
2008	16	255	44	37	2
2009	18	253	44	37	2
2010	18	250	45	37	2
2011	19	235	44	38	2
Jun/2012	19	229	44	38	2

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

O gráfico seguinte apresenta a variação entre entidades criadas e encerradas no período de 2005 a junho de 2012, além de mostrar como esse fluxo refletiu na quantidade final de EFPC ao longo do tempo. De janeiro a junho de 2012, por exemplo, foram encerradas as atividades de 6 entidades e não se registrou nenhuma criação no período.

GRÁFICO 2.3 - Crescimento das EFPC (Jun/2012)

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 2.3 – Criação, Encerramento e Qtde de EFPC (2005 a Jun/2012)

Ano	Criadas	Encerradas	Qtde.EFPC
2005	8	6	342
2006	13	2	353
2007	3	5	351
2008	5	2	354
2009	4	4	354
2010	4	6	352
2011	4	18	338
jun/12	0	6	332

A Lei Complementar nº 109, de maio de 2001, em seu artigo 34, classifica as entidades de acordo com os planos que administram (de plano comum - quando administram um plano de benefícios - e com multiplano - quando administram mais de um plano), e conforme o patrocínio (singular - um só patrocinador ou instituidor - e multipatrocinadas - mais de um patrocinador ou instituidor). A tabela abaixo divide as 332 entidades fechadas dentro dessa classificação.

TABELA 2.4 - Entidades em Atividade de Acordo com a Qualificação quanto ao Plano e quanto ao Patrocínio (Jun/2012)

		Qualificação quanto ao plano	
		Com mais de um plano	Com plano único
Qualificação quanto ao patrocínio	Patrocínio múltiplo	172	111
	Patrocínio singular	12	37

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Do total de EFPC, 52% são multipatrocinadas com mais de um plano, 33% são multipatrocinadas e têm apenas um plano, ou seja, 85% do mercado é formado por entidades com mais de um patrocinador ou instituidor.

PLANOS DE BENEFÍCIOS OPERADOS PELAS EFPC

3

O Regime de Previdência Complementar conta com 1.091 planos previdenciais ativos (junho/2012), sendo assim considerados os que estão em atividade normal, passando por reorganização (em transferência de gerenciamento, cisão, fusão, incorporação, em extinção ou em retirada de patrocínio), e os que estão sob administração especial⁶.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual por modalidade de plano, onde se observa relativo equilíbrio, com pequena predominância na modalidade CD.

GRÁFICO 3.1 - Percentual de Planos Ativos por Modalidade (Jun/2012).



BD: 31%

CD: 36%

CV: 33%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Cabe registrar que os planos BD estão predominantemente em extinção (55%). Já nos planos CD e CV, a grande maioria está em funcionamento normal, 85% e 78% respectivamente.

TABELA 3.1 - Situação dos Planos Ativos por Modalidade (Jun/2012).*

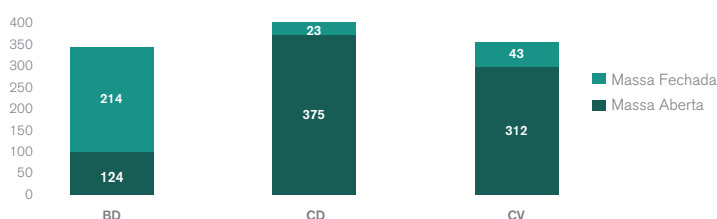
	BD	CD	CV	TOTAL
Administração Especial-liquidação	12	1	13	26
Funcionamento normal	114	342	277	733
Cisão, Incorporação e Fusão	0	2	2	4
Transferência de Gerenciamento	4	8	6	18
Em extinção	186	14	32	232
Em retirada de patrocínio	22	31	25	78
Total	338	398	355	1091

*Exceto os 36 planos assistenciais.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

O gráfico ao lado apresenta a quantidade de planos ativos que permitem a entrada de novos participantes (massa aberta) e os planos que não permitem a entrada de novos participantes (massa fechada). A relação de planos BD com massa fechada é maior (63%), já nos planos CD essa predominância se inverte (6%), bem como nos planos CV (12%).

GRÁFICO 3.2 - Quantidade de Planos, por Modalidade, de acordo com a possibilidade ou não de adesão de novos Participantes (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

6. Planos sob administração especial: Planos que estão sob intervenção ou liquidação extrajudicial.

3.1. Planos Criados e Encerrados

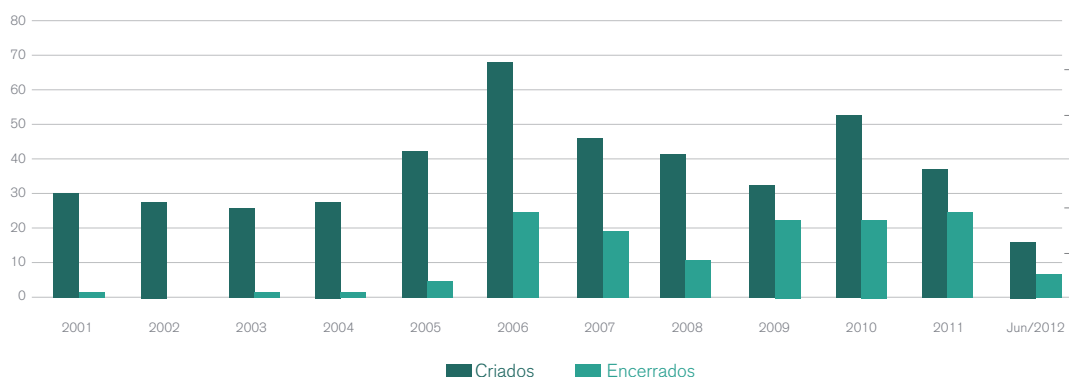
Na última década houve grande crescimento de novos planos, sendo a modalidade CD a que mais aumentou dentro do segmento de previdência complementar, ao contrário da modalidade BD, que ao longo dos últimos 10 anos correspondeu a, apenas, 8% dos planos criados.

TABELA 3.1.1 - Quantidade de Planos Criados e Encerrados por Modalidade (2001 a Jun/2012)

Ano	BD		CD		CV		Total	
	Criados	Encerrados	Criados	Encerrados	Criados	Encerrados	Criados	Encerrados
2001	2	2	17	0	11	0	30	2
2002	1	0	13	0	13	0	27	0
2003	8	1	8	0	9	0	25	1
2004	0	0	15	1	11	0	26	1
2005	5	0	26	2	12	3	43	5
2006	2	8	50	7	16	10	68	25
2007	9	10	23	4	14	5	46	19
2008	2	2	29	5	10	3	41	10
2009	3	7	23	9	7	6	33	22
2010	5	3	40	16	10	3	55	22
2011	2	9	28	10	7	5	37	24
Jun/2012	0	1	9	2	2	0	11	3
Total	39	43	281	56	122	35	442	134

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 3.1.1 - Quantidade de Planos Criados e Encerrados e Evolução da Quantidade Total de Planos (2001 a Jun/2012)



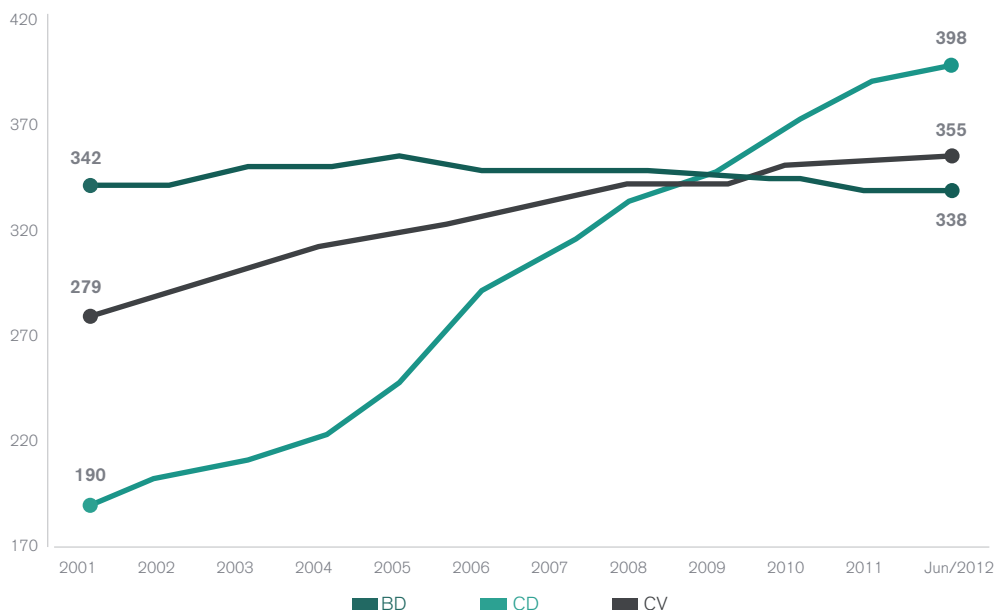
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 3.1.2 - Evolução da Quantidade de Planos por Modalidade (2001 a Jun/2012)

ANO	BD	CD	CV	Total
2001	342	190	279	811
2002	343	203	292	838
2003	350	211	301	862
2004	350	225	312	887
2005	355	249	321	925
2006	349	292	327	968
2007	348	311	336	995
2008	348	335	343	1026
2009	344	349	344	1037
2010	346	373	351	1070
2011	339	391	353	1083
Jun/2012	338	398	355	1091

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 3.1.2 - Quantidade de Planos de Benefícios por Modalidade (2001 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

3.2. Planos Patrocinados

Os planos multipatrocinados são aqueles que possuem mais de um patrocinador. Dos planos ativos quase metade são multipatrocinados. A maioria desses planos concentra-se na faixa de 2 a 7 patrocinadores. Os planos BD são os que apresentam a menor porcentagem de multipatrocinados (32%), já 33% dos planos CD e CV possuem mais de um patrocinador. Os planos com um único patrocinador⁷ representam mais de 50% do total, sendo a maioria CV.

TABELA 3.2.1 - Planos Multipatrocinados (Jun/2012)*

Número de patrocinadores	BD	CD	CV	TOTAL
2	71	59	54	184
3 a 7	58	70	71	199
8 a 12	16	17	16	49
13 a 20	6	2	12	20
Mais de 20	4	11	4	19
TOTAL	155	159	157	471

* Excluídos os planos instituídos (55) e assistenciais (36).

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 3.2.2 - Planos com um Único Patrocinador (Jun/2012)*

BD	CD	CV	TOTAL
154	153	170	477

* Excluídos os planos instituídos (55), assistenciais (36) e sem patrocinadores (88), de acordo com os dados cadastrais.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

7. Também foram contabilizados como planos com único patrocinador os planos cuja informação cadastral consta como nenhum patrocinador ativo.

3.3. Planos Instituídos

O plano instituído é aquele oferecido por pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial aos seus associados, como os conselhos profissionais, sindicatos e cooperativas. Esse plano, de acordo com a legislação, só pode ser constituído na modalidade CD.

Esse tipo de plano foi regulamentada pela Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002. Até o ano de 2011, havia 55 planos instituídos ativos (um pouco menos de 5% do regime). Desses planos, um pouco mais da metade possui mais de um instituidor e apenas dois deles estão em processo de retirada de patrocínio, conforme tabela a seguir.

TABELA 3.3.1 - Quantidade de Planos Instituídos Ativos (Jun/2012)

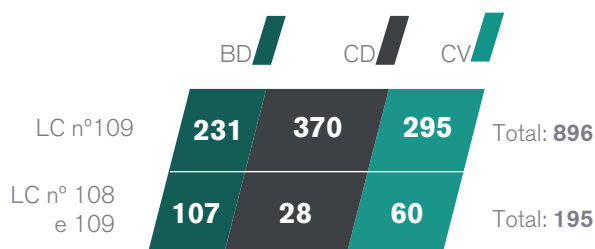
Planos ativos	55
Planos com único instituidor	27
Planos com múltiplos instituidores	28

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

3.4. Fundamentação Legal dos Planos

O Regime de Previdência Complementar brasileiro, operado pelas entidades fechadas, é constituído predominantemente por planos cujos patrocinadores são privados (fundamentados apenas na Lei Complementar nº 109, de 2001), que correspondem a 82% do total de planos administrados. Já os planos que contam com patrocínio público (regidos pela Lei Complementar nº 108, 2001) representam 18% do montante.

GRÁFICO 3.4.1 - Fundamentação Legal dos Planos, por Modalidade (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

FLUXO DE RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

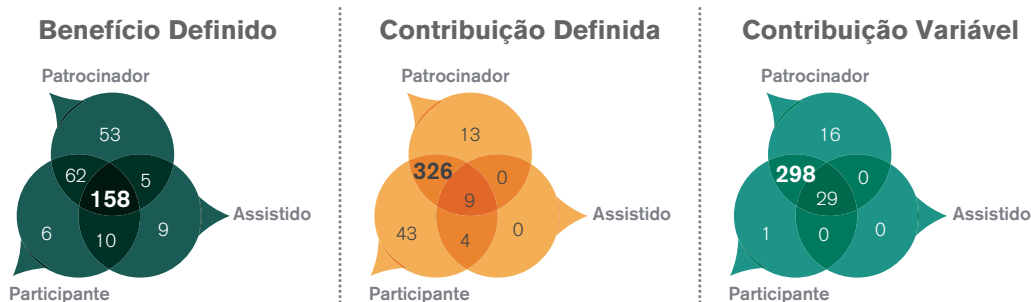
O objetivo dos Fundos de Pensão é dar condições aos trabalhadores de terem uma renda complementar na aposentadoria. Os recursos dos planos de benefícios são formados pela acumulação das contribuições vertidas pelo participante/assistido e/ou pelo patrocinador/instituidor, acrescido do retorno dos investimentos. Com os capitais assim acumulados e rentabilizados, o montante aferido pelos planos de previdência apresentam cobertura para o pagamento de benefícios.

As contribuições destinadas à constituição de reservas, com a finalidade de prover o pagamento de benefícios de caráter previdenciário, são classificadas em: normais (destinadas ao custeio dos benefícios) e extraordinárias (destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal).

4.1. Contribuição Normal

De acordo com os dados cadastrais, em 158 dos planos BD há previsão regulamentar para que as contribuições normais sejam realizadas por patrocinadores, participantes e assistidos, enquanto que em nenhum plano CD ou CV as contribuições são realizadas apenas por assistidos. O gráfico abaixo apresenta os diagramas da distribuição da forma como são realizadas as contribuições normais em cada modalidade dos planos de benefícios.

GRÁFICO 4.1.1 - Diagramas das Contribuições Normais por Modalidade de Plano* (Jun/2012)



* Excluídos os não informados

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

4.2. Ingresso de Recursos Previdenciais

No que se refere à entrada de recursos previdenciais, em média, o nível de contribuições de participantes e assistidos é praticamente o mesmo dos patrocinadores⁸, ou seja, a importância que esses possuem na construção do montante das reservas é equivalente.

Quando analisado por modalidade de planos, vemos que nos planos CD é maior o percentual dos participantes e assistidos, enquanto nos planos BD e CV, em média, as contribuições dos patrocinadores é relativamente mais alta.

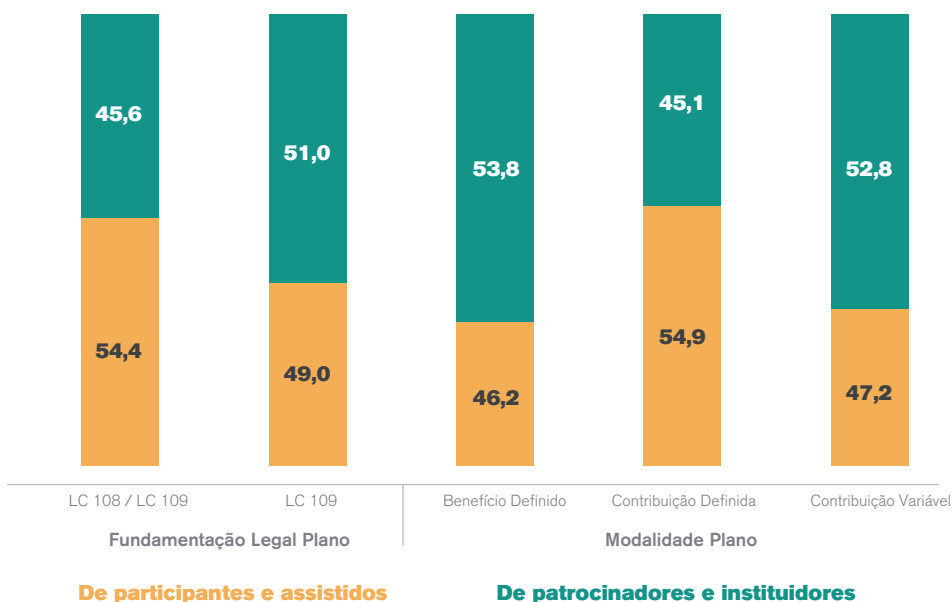
8- Os recursos de instituidores representam menos de 1% do total e foram somados aos dos patrocinadores.

TABELA 4.2.1 - Percentual Médio de Ingresso de Recursos, conforme a origem - Patrocinadores ou Participantes e Assistidos. (Jun/2012)

Média do percentual de recursos em relação ao ingresso de recursos correntes da gestão previdencial	Todos os planos	Instituição do Plano	
		Patrocinado	Instituído
Participantes e Assistidos	49,9%	48,1%	81,0%
Patrocinadores	50,1%	51,9%	19,0%

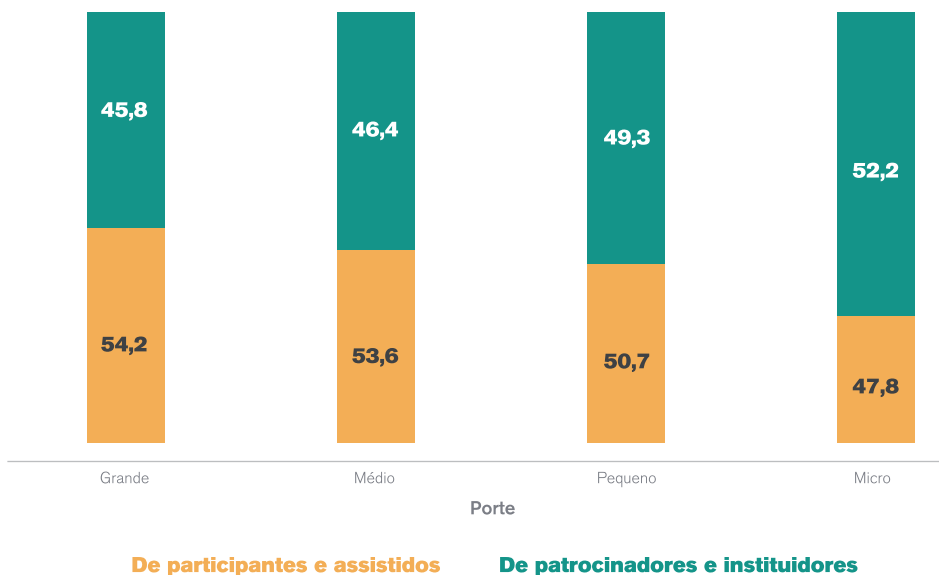
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 4.2.1 - Percentual Médio do Ingresso de Recursos, conforme a origem - Patrocinadores ou Participantes e Assistidos - por Fundamentação Legal e Modalidade de Plano. (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 4.2.2 - Percentual Médio do Ingresso de Recursos, conforme a origem - Patrocinadores ou Participantes e Assistidos - por Porte. (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

4.3. Benefícios (Aposentadoria e Pensão) e Institutos (Resgate e Portabilidade)

De janeiro a junho de 2012, das saídas de recursos dos planos previdenciais em média 66,7% foram destinados ao pagamento de benefícios. Nos planos BD, esse percentual é ainda maior, com uma média de 94,3% dos recursos que saem desses planos sendo direcionados para o pagamento de benefícios. Com relação aos recursos destinados para pagamento de institutos, os planos CD são os que possuem os maiores percentuais (56% em média).

TABELA 4.3.1 - Percentual Médio da Saída de Recursos, conforme o destino - Benefícios ou Institutos (1º Sem/2012)

Percentual da Saída de Recursos		INSTITUTOS	BENEFÍCIOS
Média Total		33,3%	66,7%
Instituição do Plano	Patrocinado	30,8%	69,2%
	Instituído	80,4%	19,6%
Fundamentação Legal Plano	LC 108 / LC 109	17,8%	82,2%
	LC 109	37,2%	62,8%
Modalidade Plano	Benefício Definido	5,7%	94,3%
	Contribuição Definida	56,0%	44,0%
	Contribuição Variável	33,4%	66,6%
Porte	Grande	9,1%	90,9%
	Médio	12,4%	87,6%
	Pequeno	24,9%	75,1%
	Micro	47,8%	52,2%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

4.4. Fluxo de Recursos em Relação ao Ativo Total

No segundo trimestre de 2012, o total de contribuições correspondeu a 1,29% do ativo total do RPC, enquanto o pagamento de benefícios e institutos totalizou um valor equivalente a 2,49% do ativo total do regime. A tabela abaixo traz o percentual das contribuições e das saídas de recursos para o pagamento de benefícios e institutos (resgate e portabilidade) por modalidade dos planos de benefícios, na qual é possível observar que a saída de recursos relativas ao pagamento de benefícios, resgate e portabilidade nos planos de benefício definido correspondeu a 2,59% do ativo dos planos BD.

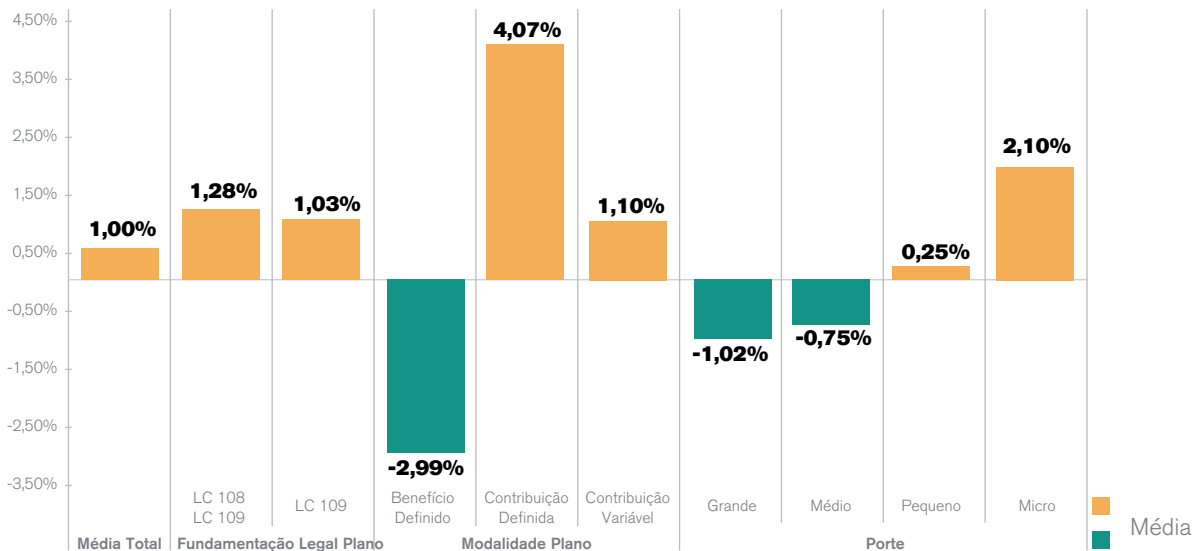
TABELA 4.4.1 - Percentual em Relação ao Ativo Total de cada grupo de Planos de Benefícios (Jun/2012)

Modalidade	Contribuições	Benefícios + Institutos
BD	0,61	2,59
CD	2,69	2,03
CV	3,62	2,33
Total do RPC	1,29	2,49

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A média do fluxo líquido de recursos dos planos (entrada menos a saída) em relação ao ativo total de cada plano corresponde a 1%, ou seja, a entrada de recursos supera a saída num valor que, em média, é 1% do ativo dos respectivos planos de benefícios. Destaque para os planos CD que, por serem mais novos, possuem uma captação líquida de recursos previdenciais superior a 4% do valor do ativo dos respectivos planos de benefícios. Por outro lado, a saída de recursos previdenciais nos planos BD supera a entrada em cerca de 3% do ativo.

GRÁFICO 4.4.1 - Fluxo Líquido de Recursos Previdenciais em Relação aos Ativos dos Planos (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

PATROCINADORES

Os Fundos de Pensão Brasileiros são patrocinados por 2.284 empresas, sendo o setor financeiro o que possui o maior percentual de patrocinadores (27%), seguido do setor de indústria de transformação (19,4%).

TABELA 5.1 – Quantidade e Percentual de Patrocinadores por Segmento Econômico (Jun/2012)

Segmento Econômico	Patrocinadores	
	Quantidade	Percentual do Total
Ativ. Financeira, de Seguros e Serviços Relacionados	617	27,01%
Indústrias de Transformação	442	19,35%
Informação e Comunicação	205	8,98%
Comércio, Reparação de Veículos	126	5,52%
Eletricidade e Gás	125	5,47%
Ativ. Profissionais, Científicas e Técnicas	107	4,68%
Outras Atividades de Serviços	106	4,64%
Construção	92	4,03%
Transporte, Armazenagem e Correio	87	3,81%
Ativ. Adm. e Serv. Complementares	76	3,33%
Educação	76	3,33%
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	53	2,32%
Indústrias Extrativas	44	1,93%
Água e Esgoto	37	1,62%
Arte Cultura e Esporte	24	1,05%
Agricultura, Pecuária	23	1,01%
Saúde Humana e Serviços Sociais	22	0,96%
Ativ. Imobiliárias	13	0,57%
Alojamento e Alimentação	5	0,22%
Não Informado	4	0,18%
Total	2.284	100%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Dos patrocinadores dos Fundos de Pensão, 2.069 são da iniciativa privada, enquanto 215 são do setor público, conforme mostra o gráfico 5.1.

GRÁFICO 5.1 – Patrocinadores dos Planos de Benefícios de acordo com a Natureza Jurídica (Jun/2012)

Natureza Jurídica
dos Patrocinadores



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A relação entre a quantidade de patrocinadores e o número de empresas com mais de 500 pessoas ocupadas⁹ é superior a 23%. Abaixo, tabela com a quantidade de empresas, por setor de atividade econômica, em função da quantidade de pessoas ocupadas.

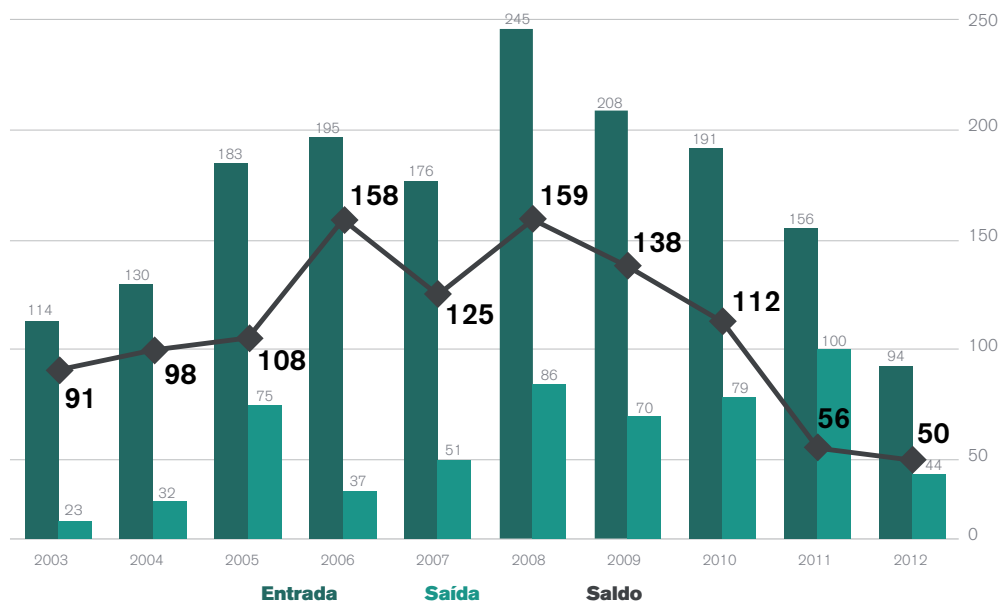
TABELA 5.2 - Quantidade de Empresas em Função do Número de Pessoas Ocupadas, por Segmento Econômico (2010)

Segmento Econômico	Faixas de pessoal ocupado						Total
	0 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 ou mais	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	94.142	1.909	648	385	140	131	97.355
Indústrias extrativas	9.260	829	289	111	48	46	10.583
Indústrias de transformação	382.862	36.183	11.858	6.354	2.028	1.863	441.148
Eletricidade e gás	1.486	131	70	43	14	51	1.795
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	8.110	627	258	162	86	114	9.357
Construção	157.977	11.325	4.396	2.836	927	634	178.095
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.183.950	45.129	8.702	3.903	973	764	2.243.421
Transporte, armazenagem e correio	189.036	7.080	2.552	1.625	676	641	201.610
Alojamento e alimentação	302.729	13.428	2.125	539	126	109	319.056
Informação e comunicação	140.700	3.005	877	462	160	171	145.375
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	67.873	1.340	574	400	131	143	70.461
Atividades imobiliárias	45.057	765	212	80	18	8	46.140
Atividades profissionais, científicas e técnicas	228.880	4.513	1.103	520	169	148	235.333
Atividades administrativas e serviços complementares	381.028	9.525	3.340	2.233	955	1.020	398.101
Administração pública, defesa e seguridade social	7.841	931	623	2.223	1.957	2.786	16.361
Educação	116.591	8.570	2.104	794	296	398	128.753
Saúde humana e serviços sociais	127.629	4.601	1.593	1.036	481	506	135.846
Artes, cultura, esporte e recreação	62.723	1.402	363	174	51	29	64.742
Outras atividades de serviços	375.655	5.959	1.720	884	316	260	384.794
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	216	22	3	1	-	-	242
Total	4.883.745	157.274	43.410	24.765	9.552	9.822	5.128.568

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Elaboração: SPPC/MPS.

A quantidade de patrocinadores e instituidores no segmento das entidades fechadas apresentou, no período de 2003 a 2008, um aumento expressivo e nos últimos 4 anos esse crescimento desacelerou, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 5.2 - Entrada e Saída de Patrocinadores e Instituidores e o Saldo (2003 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

9. De acordo com o IBGE, considera-se população ocupada como sendo aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

ATIVOS E INVESTIMENTOS

O ativo total dos Fundos de Pensão brasileiros alcançou R\$ 625,9 bilhões no primeiro semestre de 2012, dos quais 95% estão alocados em investimentos. Os tópicos abaixo apresentam a evolução do ativo total, inclusive por modalidade dos planos, bem como a distribuição dos investimentos, conforme o tipo de gestão e o segmento de alocação.

6.1. Ativo total em relação ao PIB

O ativo total das entidades fechadas de previdência complementar correspondem, em junho de 2012, a 14,65% do Produto Interno Bruto – PIB. Esse percentual era de 8,85% em 1996 e alcançou seu pico no final de 2007, com 17,2% do PIB acumulado daquele ano.

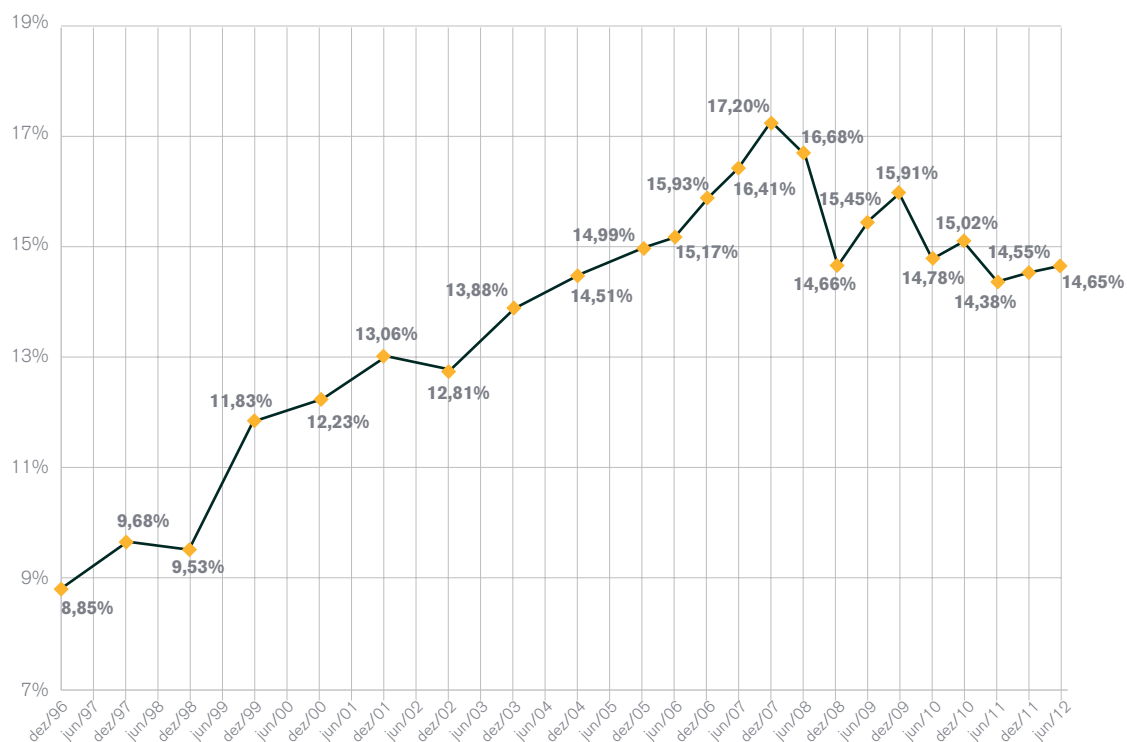
TABELA 6.1.1 - Ativo Total das EFPC, PIB acumulado* e relação Ativo/PIB (1996 a Jun/2012)

Período	(Em R\$ Bilhões nominais)		Ativo/PIB (%)
	Ativo Total das EFPC	PIB	
dez/96	74,7	843,97	8,85%
dez/97	90,9	939,15	9,68%
dez/98	93,3	979,28	9,53%
dez/99	126	1065	11,83%
dez/00	144,3	1179,48	12,23%
dez/01	170	1302,14	13,06%
dez/02	189,36	1477,82	12,81%
dez/03	235,9	1699,95	13,88%
dez/04	281,74	1941,5	14,51%
dez/05	321,77	2147,24	14,99%
jun/06	340,15	2241,64	15,17%
dez/06	377,53	2369,48	15,93%
jun/07	414,53	2526,15	16,41%
dez/07	457,7	2661,34	17,20%
jun/08	472,74	2834,44	16,68%
dez/08	444,49	3032,2	14,66%
jun/09	478,59	3096,68	15,45%
dez/09	515,4	3239,4	15,91%
jun/10	518,15	3504,71	14,78%
dez/10	566,27	3770,08	15,02%
jun/11	574,24	3993,02	14,38%
dez/11	602,64	4143,01	14,55%
jun/12	625,87	4.272,31	14,65%

* Últimos 12 meses.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 6.1.1 - Ativos dos Fundos de Pensão Brasileiros em relação ao Produto Interno Bruto – PIB* (Dez/1996 a Jun/2012)



*PIB acumulado nos últimos 12 meses.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, na lista dos 45 maiores mercados, em termo de patrimônio de fundos de pensão, o Brasil é o 8º país em termos de ativo total e ocupa a 21ª posição em percentual do PIB (tabela abaixo).

TABELA 6.1.2 - Ativos dos Fundos de Pensão, em US\$ bilhões e Percentual dos Ativos em relação ao PIB nos 45 Maiores Mercados de Fundos de Pensão (2011)

Países	Ativos dos fundos de pensão (em US\$ Bilhões)	Ativos em relação ao PIB	Ranking em relação ao percentual do PIB	Ranking em relação ao total de ativos
África do Sul	300,3	49,2	12	9
Alemanha	195,4	5,5	32	11
Austrália	1.340,0	92,8	4	4
Áustria	20,5	4,9	33	30
Bélgica	21,7	4,2	36	29
Brasil	308,2	13,8	21	8
Bulgária	3,0	6,1	30	42
Canadá	1.106,1	63,7	8	6
Chile	145,5	58,5	9	14
China (*)	41,5	0,7	43	25
Colombia	54,0	17,0	16	22
Coréia	49,7	4,5	35	23
Costa Rica	3,5	8,7	24	41
Dinamarca	165,7	49,7	10	12
Eslovênia	1,7	2,9	39	45
Espanha	116,1	7,8	26	16

Países	Ativos dos fundos de pensão (em US\$ Bilhões)	Ativos em relação ao PIB	Ranking em relação ao percentual do PIB	Ranking em relação ao total de ativos
Estados Unidos	10.584,2	70,5	7	1
Finlândia	199,8	75,0	6	10
França	6,7	0,2	44	39
Holanda	1.157,3	138,2	1	5
Hong Kong	79,5	32,5	14	19
Hungria	5,3	3,8	37	40
Índia	2,8	0,2	45	43
Indonésia	15,1	1,8	41	35
Irlanda	100,6	46,2	13	18
Islândia	18,1	128,7	2	33
Israel	120,1	49,4	11	15
Itália	106,9	4,9	34	17
Japão	1.470,3	25,1	15	3
México	149,0	12,9	22	13
Noruega	36,0	7,4	28	26
Nova Zelândia	24,7	15,8	19	28
Peru	30,5	16,9	18	27
Polônia	77,4	15,0	20	20
Portugal	18,4	7,7	27	32
Reino Unido	2.129,5	88,2	5	2
República Eslovaca	8,1	8,4	25	37
República Tcheca	14,0	6,5	29	36
Romênia	2,1	1,2	42	44
Rússia	54,7	3,2	38	21
Suécia (*)	43,9	9,2	23	24
Suíça	703,9	110,8	3	7
Tailândia	19,5	5,9	31	31
Turquia (*)	17,0	2,2	40	34
Uruguai (*)	6,7	17,0	17	38
Média Ponderada		70,2		
Média Simples		28,8		

(*) Dados de 2010.

Fonte: OECD Global Pension Statistics e Pension Markets in Focus No.9, Setembro de 2012. Elaboração: SPPC/MPS.

6.2. Crescimento Patrimonial

Outro indicador que demonstra o crescimento do RPC, operado por entidades fechadas, é o aumento do volume dos ativos. Quando comparado o crescimento real dos ativos em relação ao ano anterior, temos que, em 2007, os ativos cresceram 17,12%, seguido de queda de 7,38%, em 2008, e crescimento de 11,82% em 2009, e 4,34% em 2010, mantendo-se praticamente estável em 2011 (incremento real de 0,23% dos ativos).

Nos últimos 16 anos, os ativos das EFPC mais do que triplicaram (crescimento acumulado de 331,46%) em termos reais (atualizados pelo IPCA). Em termos nominais, seus ativos passaram de 74,7 bilhões de reais em 1996 para 625,8 bilhões de reais em junho de 2012. Quando comparado o exercício de 1996 até junho de 2012, verifica-se que o RPC teve um crescimento real de 9,89% ao ano.

A tabela seguinte mostra o crescimento em termos nominais e a preços correntes de junho de 2012 (atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), mostrando que a crise global dos mercados

financeiros em 2008 teve impacto atenuado nos fundos de pensão brasileiros, dada a grande concentração dos investimentos no segmento de renda fixa. Entretanto, com a recuperação e a estabilidade da economia brasileira, a situação se altera de forma estrutural.

A queda nas taxas de juros traz um novo cenário para os fundos de pensão. Os investimentos predominantemente em títulos públicos, até o momento, foram importantes para proteger os ativos dos fundos, aproveitando os momentos em que os juros atingiram seus maiores níveis. Entretanto, num cenário de juros decrescentes, será necessário promover novas alocações dos investimentos, caso se queira atingir as metas inicialmente estabelecidas.

TABELA 6.2.1. - Ativo Total (em R\$ Bilhões) dos Fundos de Pensão em valores nominais e a preços de junho de 2012 (atualizados pelo IPCA) e Crescimento Nominal e Real (1996 a Jun/2012)

Período	Ativo das EFPC (Nominal)	Ativo das EFPC (a preços de jun/12)	Crescimento (*) Nominal dos Ativos	Crescimento (*) Real dos Ativos	Crescimento Real Acumulado
dez/96	74,7	145,06	-	-	-
dez/97	90,9	171,87	21,69%	18,48%	18,48%
dez/98	93,3	174,87	2,64%	1,74%	20,55%
dez/99	126	225,33	35,05%	28,85%	55,33%
dez/00	144,3	249,64	14,52%	10,79%	72,09%
dez/01	170	281,49	17,81%	12,76%	94,05%
dez/02	189,36	291,01	11,39%	3,38%	100,61%
dez/03	235,9	341,42	24,58%	17,32%	135,36%
dez/04	281,74	387,05	19,43%	13,37%	166,82%
dez/05	321,77	424,19	14,21%	9,59%	192,42%
jun/06	340,15	443,22	5,71%	4,49%	205,54%
dez/06	377,53	485,99	10,99%	9,65%	235,03%
jun/07	414,53	525,08	9,80%	8,04%	261,98%
dez/07	457,7	569,2	10,42%	8,40%	292,39%
jun/08	472,74	570,93	3,29%	0,30%	293,58%
dez/08	444,49	527,21	-5,98%	-7,66%	263,45%
jun/09	478,59	555,5	7,67%	5,36%	282,94%
dez/09	515,4	589,51	7,69%	6,12%	306,39%
jun/10	518,15	576,86	0,53%	-2,15%	297,67%
dez/10	566,27	615,08	9,29%	6,63%	324,02%
jun/11	574,24	601,86	1,41%	-2,15%	314,90%
dez/11	602,64	616,5	4,95%	2,43%	325,00%
jun/12	625,87	625,87	3,86%	1,52%	331,46%

(*) Crescimento anual de 1997 a 2005 e semestral a partir de 2006.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

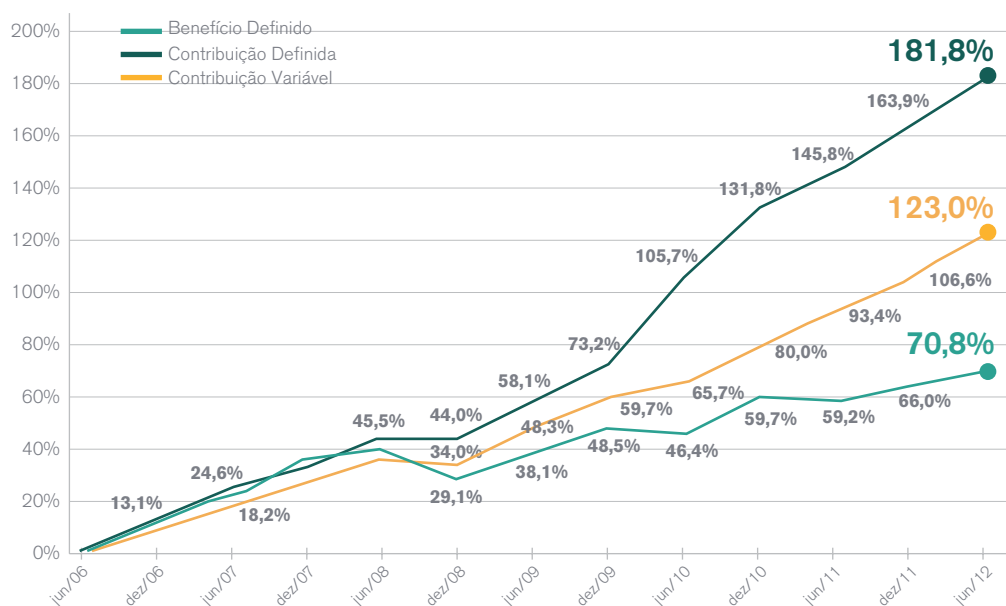
Quando analisado por modalidade de planos, de junho de 2006 a junho de 2012, em termos nominais, os ativos dos planos CD foram os que mais cresceram no período (cerca de 180%). Esses ativos, que em junho de 2006 representavam 6,1% do total do sistema, atualmente representam 9,1% dos ativos dos planos. Os planos BD, apesar de manterem um crescimento próximo a 9% ao ano, sofreram uma queda na participação percentual no total dos ativos dos planos, passando de 80,5% em junho de 2006 para 74,4% em junho de 2012.

TABELA 6.2.2. - Ativo dos Planos por Modalidade, Participação Percentual de cada Modalidade em relação ao Ativo Total e Crescimento Nominal (Jun/2006 a Jun/2012)

Período	Ativos (Em R\$ milhões)			Participação percentual em relação ao ativo total dos planos			Crescimento Nominal		
	BD	CD	CV	BD	CD	CV	BD	CD	CV
jun/06	272.267,84	20.240,16	46.233,31	80,4%	6,0%	13,6%	-	-	-
dez/06	302.760,03	22.883,79	50.271,20	80,5%	6,1%	13,4%	11,2%	13,1%	8,7%
jun/07	332.818,66	25.227,53	54.657,95	80,6%	6,1%	13,2%	22,2%	24,6%	18,2%
dez/07	368.833,25	26.983,95	59.484,37	81,0%	5,9%	13,1%	35,5%	33,3%	28,7%
jun/08	377.919,14	29.442,26	63.483,80	80,3%	6,3%	13,5%	38,8%	45,5%	37,3%
dez/08	351.556,28	29.153,56	61.943,48	79,4%	6,6%	14,0%	29,1%	44,0%	34,0%
jun/09	375.967,07	32.007,72	68.559,50	78,9%	6,7%	14,4%	38,1%	58,1%	48,3%
dez/09	404.311,68	35.046,15	73.825,67	78,8%	6,8%	14,4%	48,5%	73,2%	59,7%
jun/10	398.506,80	41.634,69	76.598,61	77,1%	8,1%	14,8%	46,4%	105,7%	65,7%
dez/10	434.813,15	46.917,29	83.238,20	77,0%	8,3%	14,7%	59,7%	131,8%	80,0%
jun/11	433.562,64	49.760,21	89.430,66	75,7%	8,7%	15,6%	59,2%	145,8%	93,4%
dez/11	451.858,06	53.404,58	95.533,91	75,2%	8,9%	15,9%	66,0%	163,9%	106,6%
jun/12	464.965,55	57.042,50	103.101,82	74,4%	9,1%	16,5%	70,8%	181,8%	123,0%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 6.2.1 - Crescimento Acumulado dos Ativos dos Fundos de Pensão, por Modalidade dos Planos de Benefícios (Jun/2006 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

6.3. Gestão dos Investimentos

A gestão dos ativos dos planos pode ser própria, terceirizada ou mista. A gestão própria é caracterizada pelos investimentos realizados por corpo técnico de colaboradores da própria entidade, enquanto a gestão terceirizada ocorre quando os recursos são aplicados em fundos de investimentos, administrados por empresas que operam no mercado financeiro. A gestão mista conjuga investimentos cuja gestão é própria e terceirizada.

A escolha da forma de gestão dos investimentos depende de diferentes fatores como porte/escala, corpo técnico especializado, análise de riscos, estratégias e até em função da regulação a que se submetem, como no caso das entidades constituídas apenas por instituidores que devem, obrigatoriamente, terceirizar integralmente a gestão dos investimentos.

Importante destacar que a média de alocação dos planos de benefícios em fundos de investimentos é de 82,8%. Do total de planos, 774 possuem investimentos em carteira própria, com investimentos de R\$ 309,3 milhões em média, enquanto os que possuem recursos investidos em fundos de investimentos são 1.080 planos, com R\$ 328,4 milhões em média.

TABELA 6.3.1 - Quantidade de Planos de Acordo com a forma de Gestão dos Investimentos - Carteira Própria ou Terceirizada - pela Instituição do Plano (Jun/2012)

Gestão dos Investimentos	Instituição do Plano	
	Patrocinado	Instituído
Investimentos - Carteira Própria	763	11
Investimentos - Carteira Terceirizada	1.027	53

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 6.3.2 - Percentual Médio de Recursos aplicados em Fundos de Investimentos e em Carteira Própria, pela Instituição do Plano e por Fundamentação Legal (Jun/2012)

Gestão dos Investimentos	Média Total	Instituição do Plano		Fundamentação Legal	
		Patrocinado	Instituído	LC 108 / LC 109	LC 109
Fundos De Investimentos (Carteira Terceirizada)	82,8%	82,5%	90,1%	61,1%	87,3%
Carteira Própria	17,2%	17,5%	9,9%	38,9%	12,7%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Na sequência, as informações relativas à gestão dos investimentos por modalidade e porte dos planos.

TABELA 6.3.3 - Percentual Médio de Recursos aplicados em Fundos de Investimentos e em Carteira Própria, por Modalidade e Porte dos Planos (Jun/2012)

Gestão dos Investimentos	Modalidade Plano			Porte			
	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável	Grande	Médio	Pequeno	Micro
Fundos De Investimentos (Carteira Terceirizada)	70,7%	92,3%	83,5%	66,1%	68,7%	80,8%	88,9%
Carteira Própria	29,3%	7,7%	16,5%	33,9%	31,3%	19,2%	11,1%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

6.4. Investimentos por Segmento de Alocação

Os recursos dos planos de benefícios podem ser alocados em diversos tipos de investimentos como: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e demais ativos classificados como investimentos.

O investimento total das EFPC correspondeu a R\$ 593.688.308.237,16 ao final do primeiro semestre de 2012, com relativo equilíbrio entre o percentual de recursos aplicados em renda fixa e renda variável. Na sequência estão apresentados os percentuais alocados em cada segmento do total de investimentos dos fundos de pensão, relativas a todos os planos de benefícios que encaminharam suas informações contábeis referentes ao segundo trimestre de 2012.

TABELA 6.4.1 - Percentual alocado do Total de Investimentos por Segmento (Jun/2012)

Segmento de Alocação	Participação (%)
Renda Fixa	47,96%
Renda Variável (*)	42,74%
Imóveis	3,68%
Operações com Participantes	2,63%
Investimentos Estruturados	2,59%
Investimentos no Exterior	0,06%
Demais Investimentos	0,35%
Fundos Multimercado (*)	14,26%

* Os Fundos Multimercado foram inseridos no segmento de renda variável.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 6.4.2 - Percentual dos Investimentos alocado em cada Segmento, por Modalidade dos Planos (Jun/2012)

Segmento de Alocação	Participação (%) por Modalidade		
	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável
Renda Fixa	46,25%	58,51%	49,89%
Renda Variável (*)	43,30%	38,07%	42,79%
Imóveis	4,55%	0,45%	1,53%
Operações com Participantes	2,70%	1,28%	3,04%
Investimentos Estruturados	2,89%	0,73%	2,30%
Investimentos no Exterior	0,08%	0,00%	0,00%
Demais Investimentos	0,24%	0,97%	0,46%
Fundos Multimercado (*)	9,32%	28,27%	28,78%

* Os Fundos Multimercado foram inseridos no segmento de renda variável.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 6.4.3 - Percentual dos Investimentos alocado em cada Segmento, pela Instituição e Fundamentação Legal dos Planos (Jun/2012)

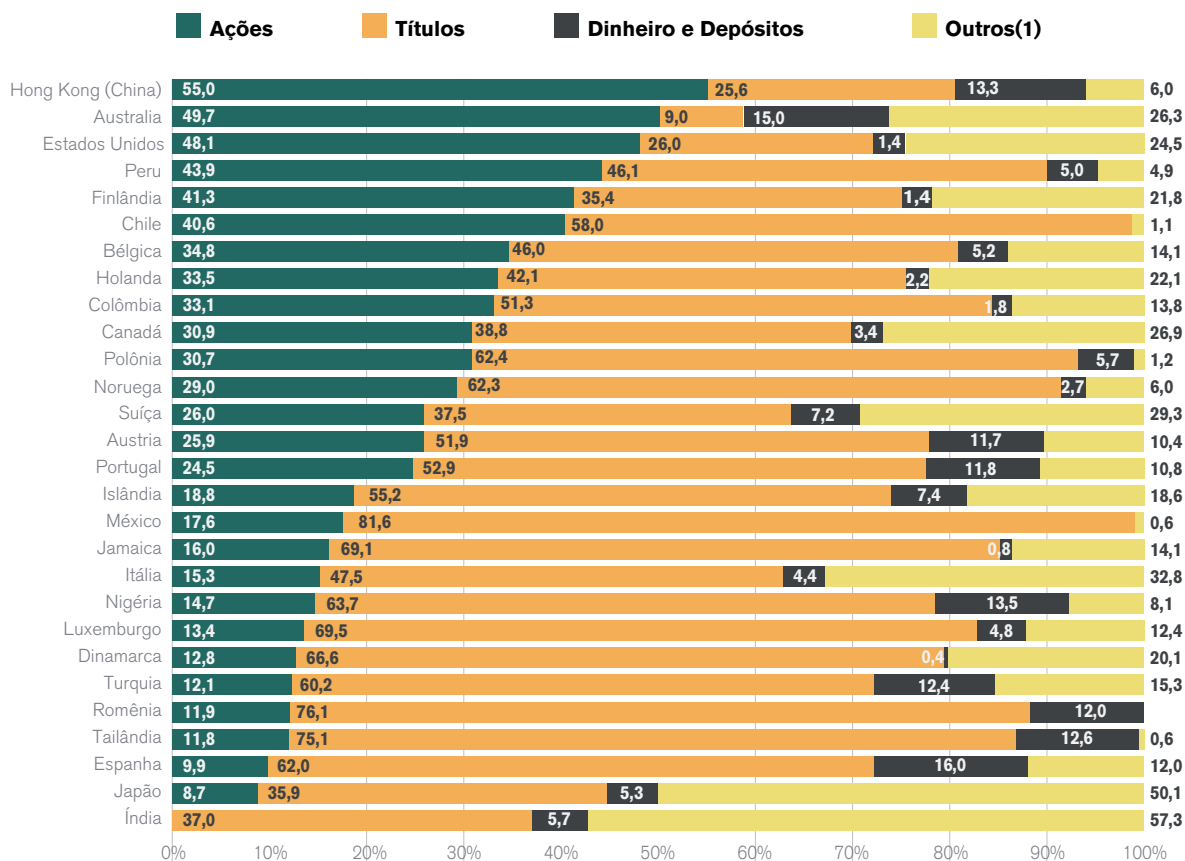
Segmento de Alocação	Plano Patrocinado/Instituído		Fundamentação Legal	
	Instituído	Patrocinado	LC 108 / LC 109	LC 109
Renda Fixa	24,53%	48,03%	40,52%	61,26%
Renda Variável (*)	75,34%	42,64%	47,65%	34,01%
Imóveis	0,00%	3,69%	4,60%	2,02%
Operações com Participantes	0,06%	2,63%	3,41%	1,21%
Investimentos Estruturados	0,03%	2,60%	3,63%	0,71%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,06%	0,09%	0,00%
Demais Investimentos	0,03%	0,35%	0,10%	0,79%
Fundos Multimercado (*)	10,31%	21,55%	10,31%	21,55%

* Os Fundos Multimercado foram inseridos no segmento de renda variável.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

De acordo com dados da OCDE, pode-se verificar que o percentual de investimentos dos fundos de pensão brasileiros alocados em renda fixa ainda é relativamente alto quando comparado com diversos países.

GRÁFICO 6.4.1 - Percentual de Alocação dos Investimentos em Países selecionados, da OCDE (2011)



Fonte: OECD Global Pension Statistics e Pension Markets in Focus No.9, Setembro de 2012. Elaboração: SPPC/MPS.

A população das entidades fechadas é composta por participantes e assistidos. De acordo com o que dispõe a LC nº 109/2001 em seu artigo 8º, participante é a pessoa física que adere aos planos de benefícios, e assistido é o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

Para fins desse informe, e tendo em vista o que dispõe a legislação, serão considerados assistidos os aposentados (participantes em gozo de benefícios de prestação continuada) e os pensionistas (beneficiários em gozo de benefícios).

7.1. Crescimento da População dos Fundos de Pensão

Esse indicador mede o crescimento da população das EFPC em relação ao semestre imediatamente anterior, ou seja, divide o total de participantes e assistidos atual pelo total de participantes e assistidos do ano anterior. Em dezembro/09, por exemplo, houve queda no crescimento de 0,35% em relação a junho/09, conforme pode ser visto no gráfico 7.1.1. Entre junho de 2010 e junho de 2011, por outro lado, a população dos fundos de pensão manteve um crescimento maior do que o registrado nos demais períodos. Em todo o período apresentado, o crescimento registrado foi de 9% (média de 1,45% ao semestre), saindo de 2.968.745 para os atuais 3.247.026 participantes e assistidos.

O gráfico abaixo mostra a evolução da quantidade de participantes no período de junho de 2009 a junho de 2012.

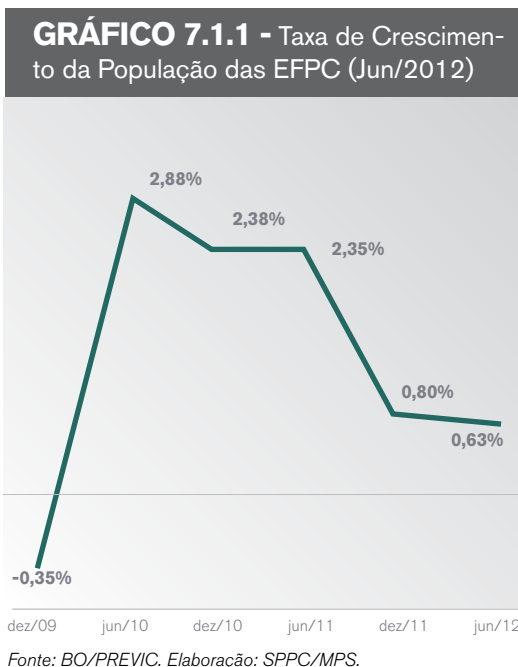
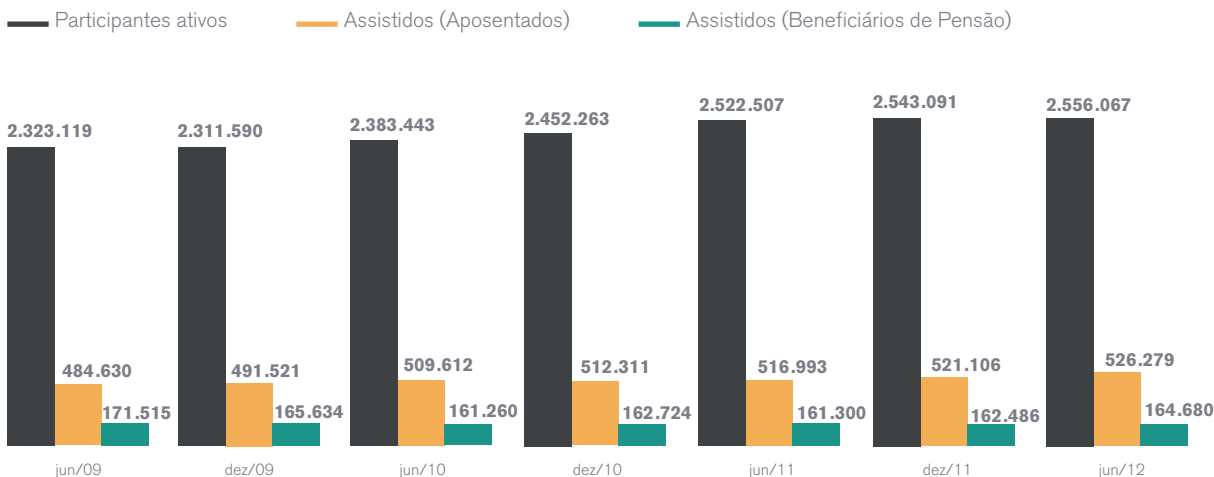


GRÁFICO 7.1.2 - Evolução da População dos Fundos de Pensão (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

7.2. Fluxo de Participantes

Outra medida que demonstra o crescimento do RPC é quando se verifica que a entrada de participantes supera a saída. A tabela abaixo apresenta esse fluxo do 1º semestre de 2009 ao 1º semestre de 2012.

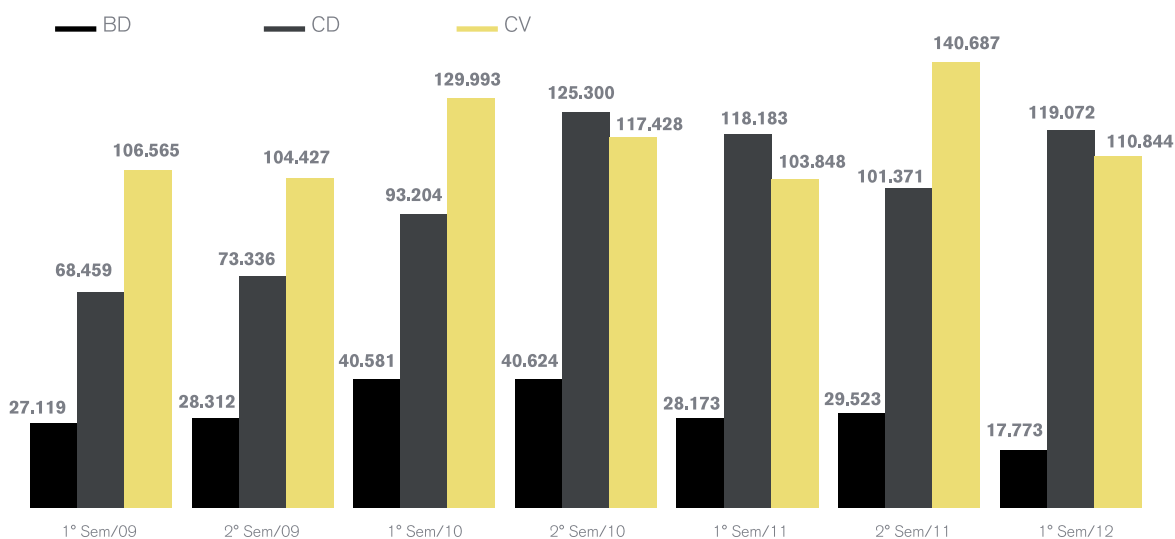
TABELA 7.2.1 - Entrada e Saída de Participantes - Semestral (Jun/2009 a Jun/2012)

Período	Entrada	Saída	Razão entre entrada e saída
1ºsem/09	202.143	172.499	17,19%
2ºsem/09	206.075	198.254	3,94%
1ºsem/10	263.778	166.417	58,50%
2ºsem/10	283.352	199.597	41,96%
1ºsem/11	250.204	170.434	46,80%
2ºsem/11	271.581	225.260	20,56%
1ºsem/12	247.689	218.141	13,55%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Em todo o período analisado a entrada de participantes superou a saída. No 1º semestre de 2012, por exemplo, superou em 13,55%. Os gráficos 7.2.1 e 7.2.2 apresentam o número de entrada e saída de participantes por modalidade de plano no mesmo período.

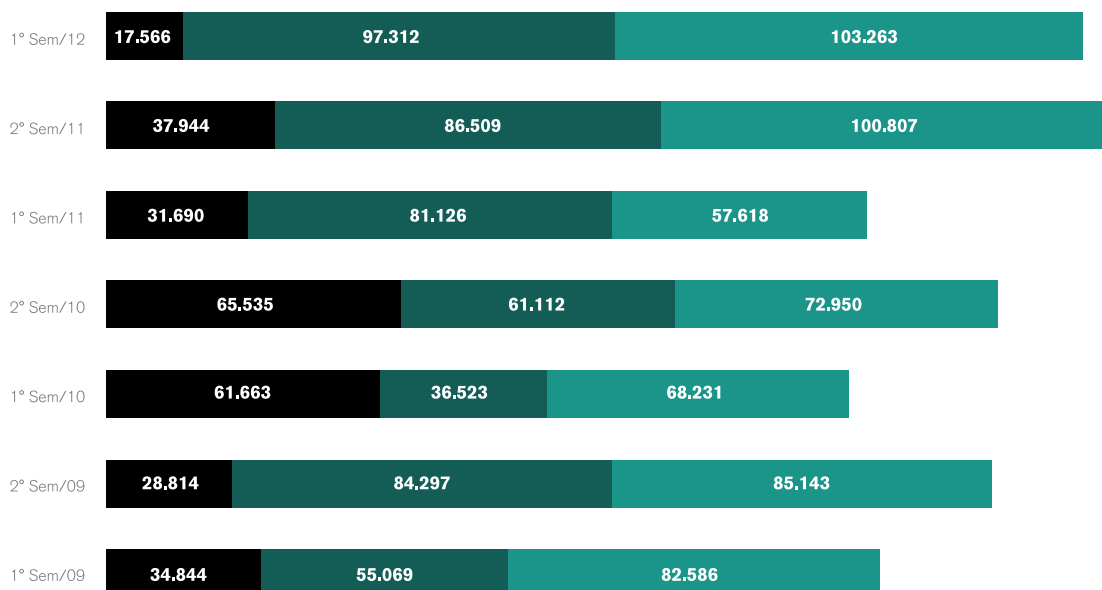
GRÁFICO 7.2.1 – Entrada de Participantes por Modalidade - Semestral (Jun/2009 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A entrada de participantes em planos de benefícios de modalidade BD diminuiu 34,46% ao longo do período, devido à menor oferta desses planos no segmento fechado de previdência complementar. Os planos CD e CV, por outro lado, seguem crescendo em número de adesões.

GRÁFICO 7.2.2 – Saída de Participantes do Regime por Modalidade - Semestral (Jun/2009 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

O gráfico também apresenta o número de saída de participantes do regime, não considerando aqueles que se tornaram assistidos. Ao longo do período, a saída de participantes de planos de CV e CD se mantiveram as maiores. Isso se deve, em parte, à rotatividade presente no mercado de trabalho atual. Planos de benefícios de modalidade BD têm menos saída por serem planos mais maduros e estarem, em sua maioria, fechados para novas adesões e vinculados a empresas públicas.

7.3. Cobertura do Regime de Previdência Complementar quanto aos Segurados Empregados

A análise quanto à cobertura previdenciária complementar dos trabalhadores com vínculo empregatício apresentará dois resultados dos participantes dos fundos de pensão em relação: *i*) ao total de contribuintes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS; *ii*) ao total de contribuintes empregados com rendimentos mensais acima de dois salários mínimos.

Foi considerado o total de participantes de entidades fechadas que está vinculado a patrocinadores, conforme disposto no inciso I do artigo 31 da Lei Complementar nº 109/2001, tendo em vista que o objetivo desse indicador é analisar trabalhadores com vínculo empregatício. Da mesma forma, em relação ao RGPS foram considerados apenas os trabalhadores com vínculo empregatício, ou seja, os contribuintes empregados.

TABELA 7.3.1 - Evolução da Cobertura Previdenciária Complementar (2008 a 2011)

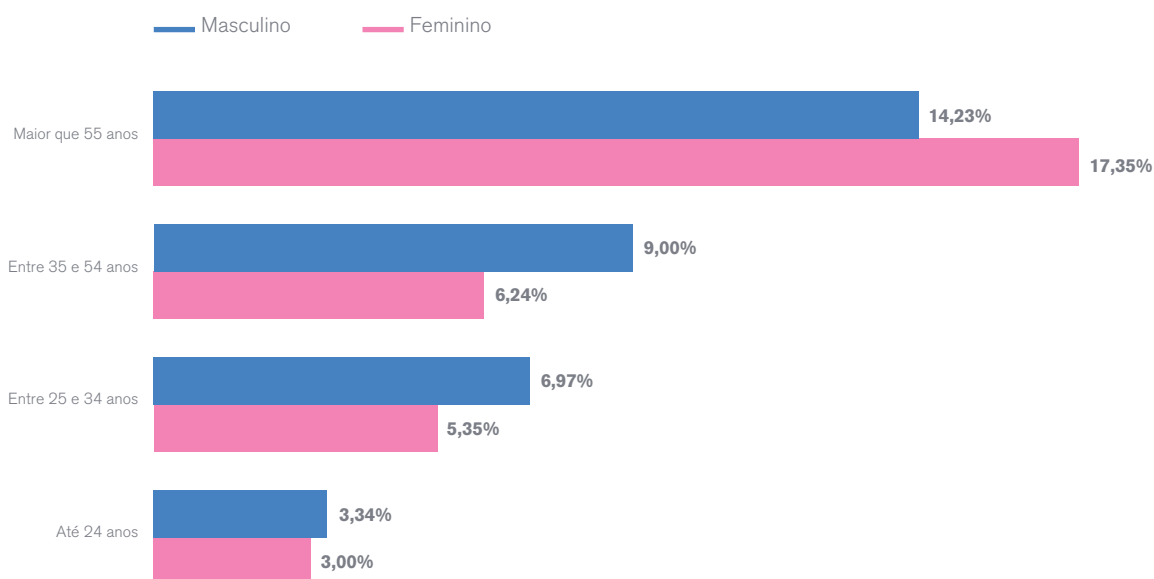
	2008	2009	2010	2011
<i>i</i>) Participantes / Contribuintes	7,04%	6,81%	6,66%	6,49%
<i>ii</i>) Participantes / Contribuintes > 2 SM	16,85%	16,94%	16,95%	16,21%

Fontes: BO/PREVIC; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS; Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS.

Elaboração: SPPC/MPS.

No que se refere a análise do índice *i* da Tabela 7.3.1, o gráfico abaixo apresenta o percentual de participantes em relação aos contribuintes por faixa etária e sexo, no ano de 2011.

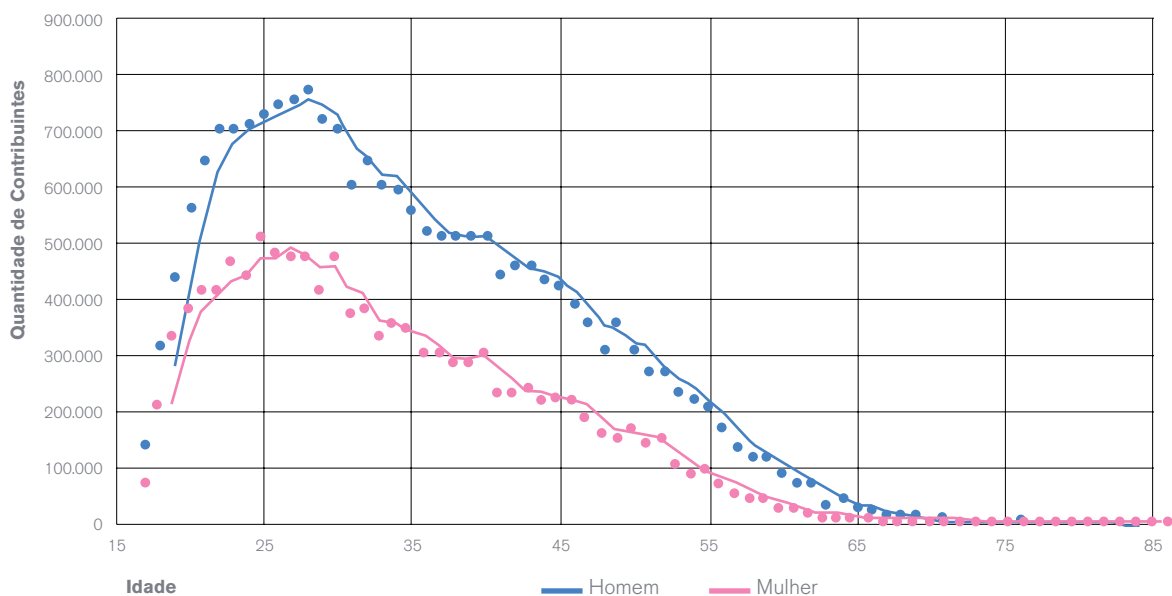
GRÁFICO 7.3.1 – Percentual de Participantes do RPC em relação aos Contribuintes do RGPS (2011)



Fonte: BO/PREVIC e SPPS/MPS. Elaboração: SPPC/MPS.

Destaca-se o alto percentual de cobertura de participantes do sexo feminino com mais de 55 anos em relação às contribuintes (empregadas) na mesma faixa etária. Isso não se deve ao fato de haver grande quantidade de mulheres participantes de fundos de pensão nessa faixa de idade, mas principalmente por causa da redução expressiva no número de mulheres com mais de 55 anos que contribuem para o RGPS. O quadro seguinte apresenta o total de contribuintes do RGPS por idade e sexo.

GRÁFICO 7.3.2 - Quantidade de Contribuintes do RGPS com Vínculo Empregatício, por Idade e Sexo (Dez/2011)



Fonte: SPSS/MPS. Elaboração: SPPC/MPS.

O segundo resultado da análise da cobertura comparou o número total de participantes em relação ao total de contribuintes com rendimento mensal superior a dois salários mínimos. Importante ressaltar que cerca de 60% dos contribuintes do RGPS recebem menos de dois salários mínimos. A cobertura em relação aos contribuintes que recebem mais de dois salários mínimos (índice *ii* da Tabela 7.3.1) representa mais do que o dobro quando comparada a cobertura em relação ao total geral de contribuintes (índice *i* da Tabela 7.3.1).

A previdência complementar oferece condições para seus participantes obterem rendimentos acima dos valores recebidos pelo regime geral de previdência no momento da aposentadoria. Diferente do que ocorre com parte considerável dos contribuintes do RGPS (salário médio de R\$ 1.397,31 em 2010¹⁰), o salário médio mensal dos participantes de entidades fechadas de previdência complementar em 2010 foi de R\$ 3.406,19. A tabela abaixo apresenta esse número por modalidade.

TABELA 7.3.2 - Salário Médio de Participação por Modalidade * (2005 a 2010)

Ano	BD	CD	CV	Média Total
2005	R\$ 3.352,69	R\$ 3.262,98	R\$ 3.055,26	R\$ 3.220,04
2006	R\$ 2.972,02	R\$ 3.324,23	R\$ 3.252,44	R\$ 3.204,34
2007	R\$ 2.824,03	R\$ 3.450,59	R\$ 3.243,43	R\$ 3.120,13
2008	R\$ 2.702,56	R\$ 2.803,83	R\$ 3.321,19	R\$ 2.965,74
2009	R\$ 2.954,49	R\$ 3.109,05	R\$ 3.507,98	R\$ 3.215,49
2010	R\$ 3.290,80	R\$ 3.202,10	R\$ 3.625,33	R\$ 3.406,19

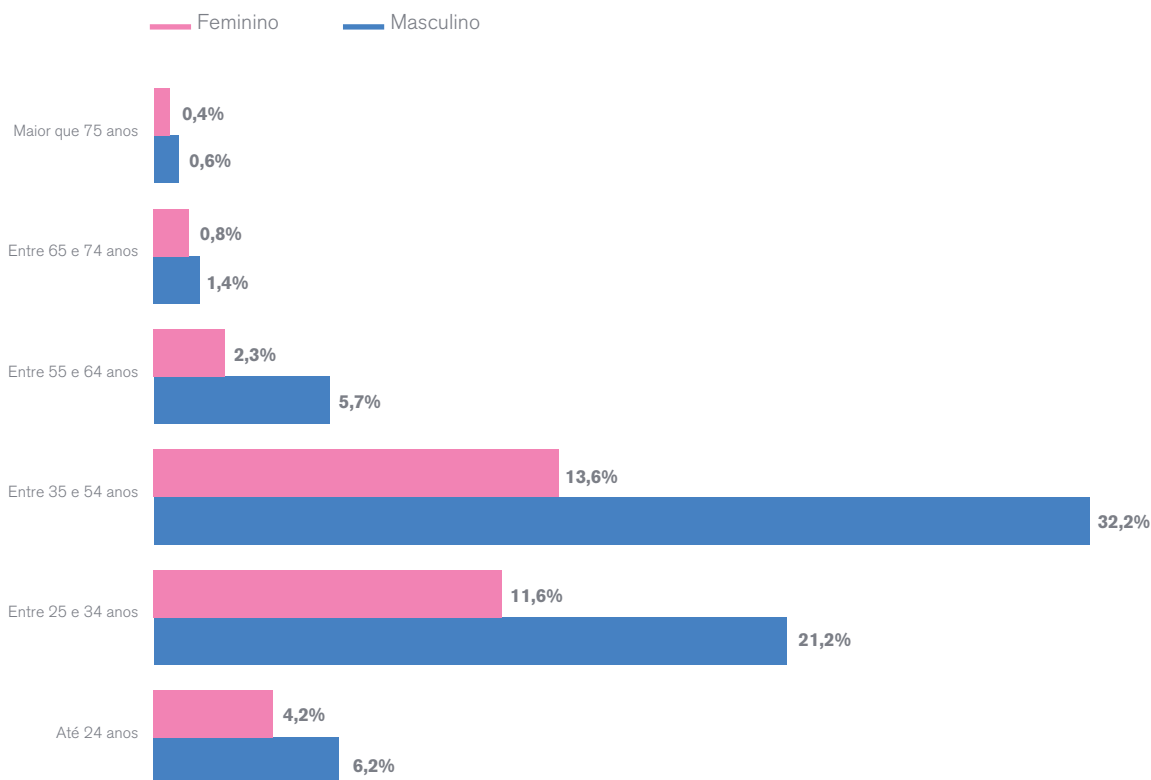
* A Preços correntes de 2010.

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

10. Fonte: SPSS/MPS.

O gráfico seguinte apresenta o percentual de participantes por sexo e faixa etária. Do universo de participantes das entidades fechadas, 67% são do sexo masculino contra 33% do sexo feminino, e do total 46% têm entre 35 e 54 anos.

GRÁFICO 7.3.3 – Percentual de Participantes classificados por Sexo e Faixa Etária (Dez/2011)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

No que se refere à cobertura em outros países, essa apresenta variações consideráveis quando comparada ao Brasil. Dados de 2010 da OCDE apresentaram a cobertura da previdência privada em relação ao percentual da população em idade ativa (entre 16 e 64 anos). No Reino Unido, por exemplo, 52,1% da população em idade ativa têm plano de previdência privada. Esse número é de 33,9% no Canadá, 32,8% nos Estados Unidos e 38,5% na Bélgica.

Para esses mesmos parâmetros (comparação do total de participantes – vinculados a patrocinadores e instituidores – em relação à população em idade ativa), o Brasil apresenta um índice de 2% de cobertura, percentual que, apesar de baixo, não traduz o perfil dos participantes de fundos de pensão brasileiros, visto que o regime é facultativo, complementar e em sua maioria formado por trabalhadores com vínculo empregatício.

TABELA 7.3.3 – Cobertura dos Planos de Previdência Privada no Mundo (2010)

País	(%)
Áustria	12,1
Bélgica	38,5
Canadá	33,9
Finlândia	7,4
França	3,5
Grécia	0,2
Irlanda	28,6
Itália	7,7
Coréia	18,8
Luxemburgo	3,4
México	1,5
Nova Zelândia	9,1
Polônia	1,2
Portugal	4,3
Espanha	7,0
Reino Unido	52,1
Estados Unidos	32,8

Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.
Elaboração: SPPC/MPS.

A tabela seguinte apresenta o percentual de cobertura de alguns países do mundo, dividido por faixa etária.

TABELA 7.3.4 – Percentual de Cobertura dos Planos de Previdência Privada no Mundo - Por Faixa Etária (2010)

	Noruega	Finlândia	Austrália	Canadá	Irlanda	Reino Unido	Estados Unidos	Alemanha
Até 24 anos	0,12	0,88	7,66	20,00	27,50	28,07	20,90	55,18
Entre 25 e 34 anos	0,26	3,63	16,92	54,00	53,00	54,97	49,28	63,65
Entre 35 e 44 anos	1,35	8,07	27,91	61,00	65,10	67,34	58,28	72,09
Entre 45 e 54 anos	5,10	9,73	40,81	66,00	64,00	69,31	64,68	70,57
Entre 55 e 64 anos	8,19	12,97	37,15	55,00	53,30	58,60	70,06	66,15

Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Elaboração: SP/PC/MPS.

7.4. Segurados do RGPS cobertos pelo RPC

Outro indicador que demonstra a cobertura do RPC é a relação entre seus assistidos e os segurados do RGPS, ao medir o percentual de aposentados e pensionistas do RGPS que recebem benefícios da previdência complementar. O indicador é dividido em dois, os assistidos (que compreendem os aposentados e pensionistas) do RPC em relação aos: *i*) aposentados e pensionistas do RGPS; *ii*) aposentados e pensionistas do RGPS que recebam benefícios acima de dois salários mínimos.

TABELA 7.4.1 - Evolução de Segurados do RGPS Cobertos pelo RPC (2008 a 2011)

	2008	2009	2010	2011
<i>i</i>) Assistidos RPC / Aposentados e Pensionistas RGPS	4,95%	4,79%	4,76%	4,66%
<i>ii</i>) Assistidos RPC / Aposentados e Pensionistas RGPS \geq 2 SM	15,22%	15,31%	15,29%	14,73%

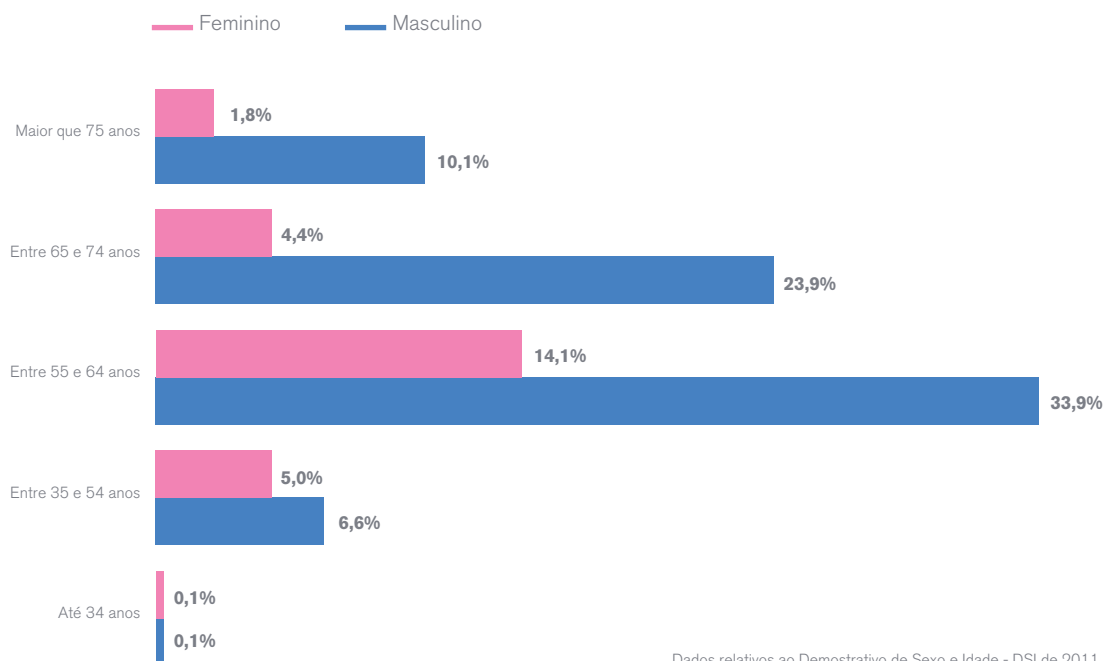
Fontes: BO/PREVIC e Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS. Elaboração: SP/PC/MPS.

O número de assistidos cresceu de 651.975 em 2008 para 683.592 em 2011, registrando um aumento de cerca de 5%. Já o número de aposentados e pensionistas do regime geral elevou-se de 13.163.051 em 2008 para 14.667.610 em 2011, um acréscimo de mais de 11%. O que explica o decréscimo de 0,29% em 2011 com relação ao registrado em 2008, visto que houve um crescimento maior de aposentados e pensionistas do RGPS em todo o período.

Ao comparar o resultado do total de assistidos do RPC em relação ao total de aposentados e pensionistas do RGPS, ao resultado do total de assistidos em relação ao total de aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima de dois salários mínimos, registra-se um incremento de um pouco mais de 10%, em 2011. Ao delimitar o público, tendo em vista o perfil dos assistidos dos fundos de pensão, além de refinar a análise, percebe-se um considerável aumento da cobertura complementar.

Do total de assistidos aposentados do regime de previdência complementar, 75% são do sexo masculino, 48% têm entre 55 e 64 anos, 28% entre 65 e 74 anos, e apenas 12% têm mais de 75 anos, como demonstra o gráfico seguinte:

GRÁFICO 7.4.1 – Quantidade de Assistidos Aposentados classificados por Sexo e Faixa Etária (2011)

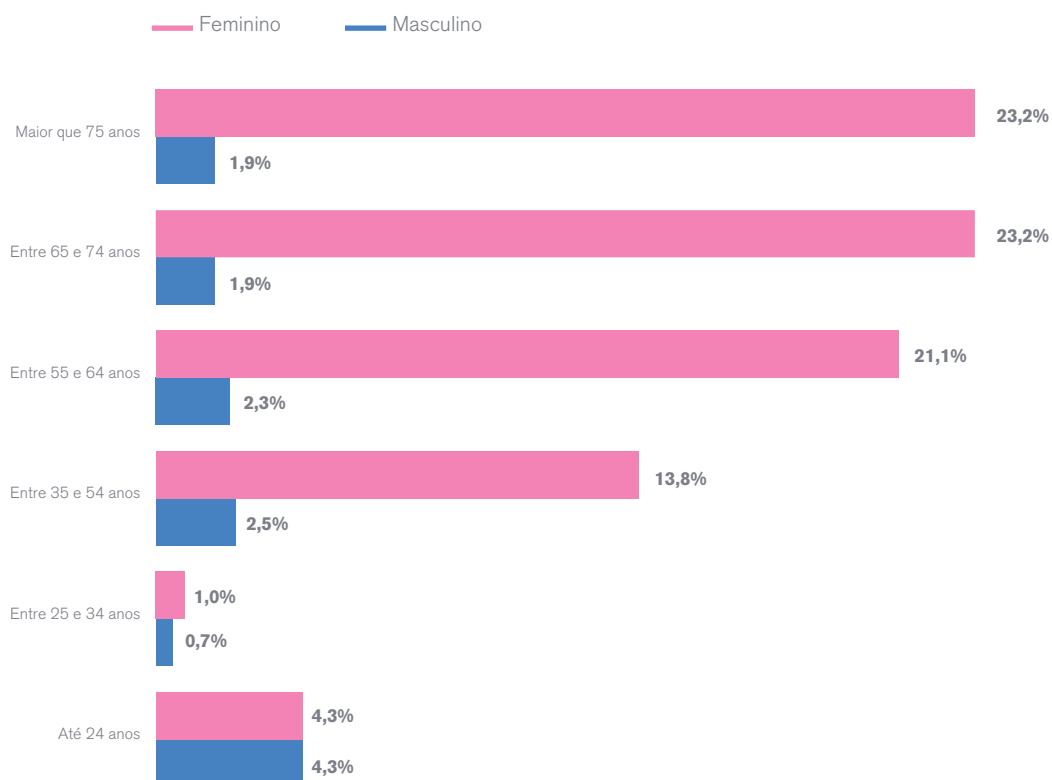


Dados relativos ao Demonstrativo de Sexo e Idade - DSI de 2011

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Quanto ao perfil dos assistidos pensionistas do mesmo regime, de modo oposto ao que ocorre com os assistidos aposentados, 86% são do sexo feminino. Do total, 73% têm mais de 55 anos.

GRÁFICO 7.4.2 – Quantidade de Assistidos Pensionistas classificados por Sexo e Faixa Etária (2011)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A idade média dos assistidos dos fundos de pensão, que estavam aposentados por renda programada, era de um pouco mais de 63 anos em 2010. Em 2005, essa média era cerca de 62 anos. No período analisado a idade média dos assistidos teve um crescimento de 2,4%. Importante ressaltar que a última informação apresentada é de 2010 por ser desse ano o último dado disponível.

TABELA 7.4.2 - Idade Média dos Assistidos por Tipo de Aposentadoria (2005 a 2010)

Ano	Por renda programada	Por invalidez
2005	61,85	53,61
2006	61,74	54,06
2007	62,49	54,85
2008	62,80	55,45
2009	62,81	55,33
2010	63,33	56,99

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

7.5. Benefício Médio

De 2005 a 2010 o benefício médio pago pelos fundos de pensão aos aposentados por renda programada teve um crescimento¹¹ de 4,83%. Os valores correspondentes ao período foram ajustados a preços correntes de 2010 (última informação disponível), para viabilizar a comparação de valores na mesma base.

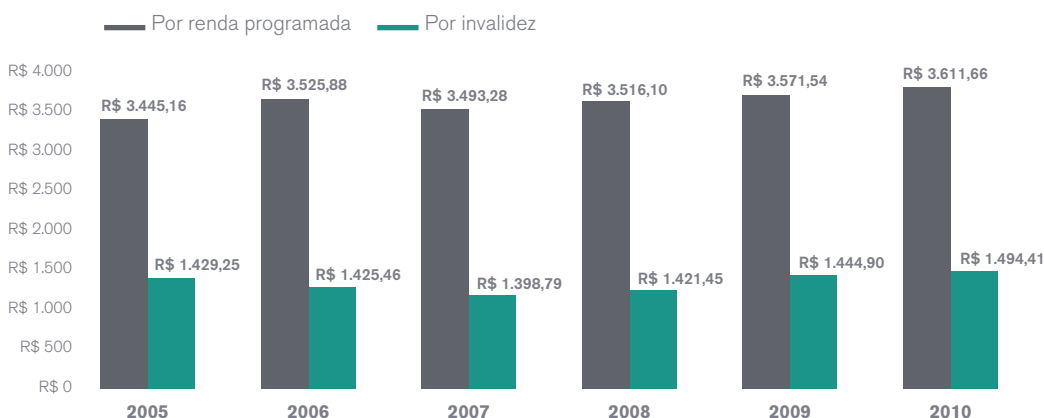
Os valores do benefício médio de aposentadoria dos assistidos em gozo de benefícios por renda programada e por invalidez, no período de 2005 a 2010, estão descritos no gráfico a seguir.

TABELA 7.5.1 - Taxa de Crescimento do Benefício Médio (2006 a 2010)

2006	2,34%
2007	-0,92%
2008	0,65%
2009	1,58%
2010	1,12%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 7.5.1 – Benefício Médio por Tipo de Aposentadoria (2005 a 2010)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

11. Índice medido pelo crescimento do benefício médio de aposentadoria dos assistidos ou beneficiários que estão em gozo de benefício de prestação continuada.

8

MATURIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A maturidade dos planos refere-se à fase em que o plano de benefícios se encontra: acumulação ou pagamento dos benefícios. Enquanto o plano estiver na fase de acumulação, significativa parcela dos recursos são aplicados sem a necessidade de resgates antecipados para fazer face aos benefícios. Ao iniciar a fase de pagamento de benefícios, o fluxo de entradas do plano diminui, bem como os ativos em investimentos.

8.1. Maturidade Populacional

A maturidade populacional refere-se à comparação entre a quantidade de assistidos e a quantidade de participantes ativos. Assim, quanto menor o indicador, mais novo é o plano, e quanto maior, indica que o plano é mais maduro. O indicador sendo igual a 100% (cem por cento), indica igualdade entre participantes e assistidos. Quanto mais próximo de 0%, mais novo é o plano.

TABELA 8.1.1 - Índice de Maturidade Populacional, por Modalidade de Plano e Total (2008 a Jun/2012)

	2008	2009	2010	2011	Jun/2012
Benefício Definido	67,21%	71,24%	78,23%	80,87%	81,87
Contribuição Definida	5,05%	5,09%	3,88%	3,97%	4,16
Contribuição Variável	11,23%	10,55%	11,00%	11,09%	11,30
Total	28,25%	28,43%	27,53%	26,88%	27,03

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Como observado na tabela, os planos de benefícios de modalidade BD foram os que apresentaram maior índice de maturidade na análise de 2008 a junho de 2012. Nos últimos anos, grande parte dos planos BD está em fase de extinção, não permitindo novas adesões.

Os planos CD são os mais novos, com maior número de participantes em fase de acumulação de reservas.

8.2. Maturidade Financeira

A maturidade financeira dos planos pode ser verificada a partir do momento em que o fluxo de contribuições passa a ser menor do que o pagamento de benefícios. No primeiro semestre de 2012, de 1.091 planos em funcionamento no Brasil, 934 planos receberam recursos relativos a contribuições normais, enquanto 894 efetuaram pagamento de benefícios.

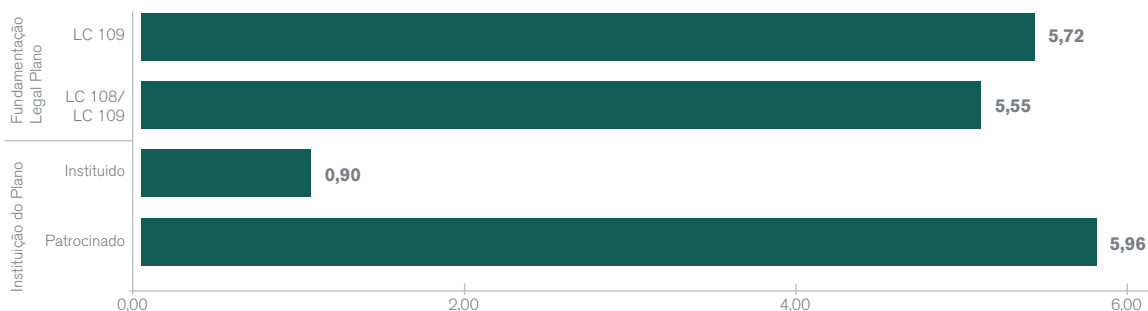
A média da razão entre o pagamento de benefícios e a entrada de recursos relativos a contribuições normais aplicada à totalidade de planos de benefícios é de 5,67.

TABELA 8.2.1 - Quantidade de Planos com Contribuições Normais e Pagamento de Benefícios, pela Instituição, por Modalidade e por Porte do Plano (Jun/2012)

Contribuições Normais e Benefícios	Todos os planos	Instituição do Plano		Modalidade Plano			Porte			
		Patrocinado	Instituído	BD	CD	CV	Grande	Médio	Pequeno	Micro
Contribuições Normais	934	881	53	257	368	309	58	105	343	428
Benefícios	894	864	30	302	292	300	60	110	360	364

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 8.2.1 - Razão entre a Saída de Recursos para o Pagamento de Benefícios e a Entrada de Recursos de Contribuições Normais, por Fundamentação Legal e pela Instituição do Plano (Jun/2012)



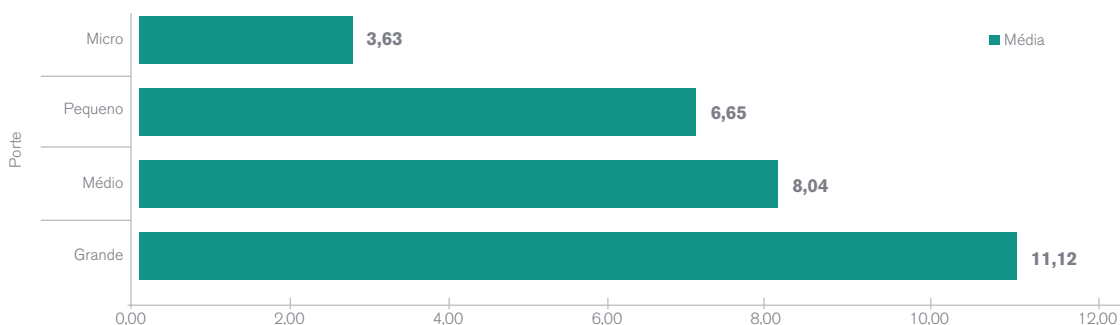
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 8.2.2 - Razão entre a Saída de Recursos para o Pagamento de Benefícios e a Entrada de Recursos de Contribuições Normais, por Modalidade de Plano (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 8.2.3 - Razão entre a Saída de Recursos para o Pagamento de Benefícios e a Entrada de Recursos de Contribuições Normais, por Porte dos Planos (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

8.3. Percentual das Provisões Matemáticas relativas a Benefícios Concedidos e a Conceder

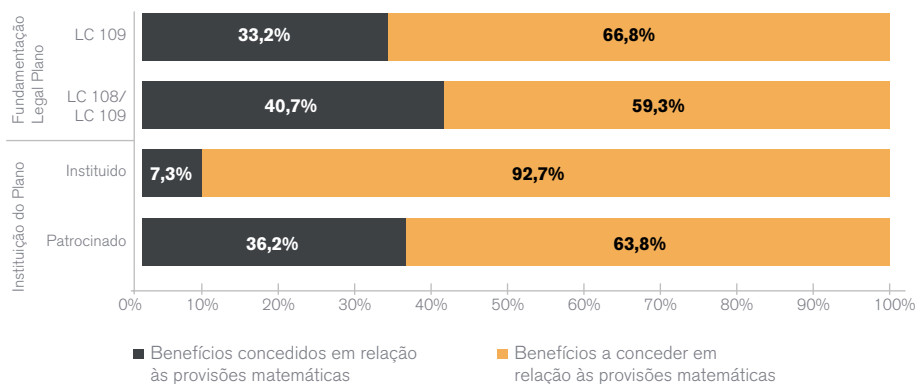
O passivo atuarial corresponde ao conjunto de obrigações de um plano de benefícios para com os seus participantes e assistidos. Também denominado de Provisões Matemáticas, divide-se em Provisão Matemática de Benefício Concedido e Provisão Matemática de Benefício a Conceder.

A provisão matemática de benefícios a conceder corresponde ao compromisso do plano com os participantes ainda em atividade, ou seja, o valor necessário para pagamento dos benefícios aos participantes ainda ativos quando estiverem em gozo de benefícios. A provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que já foram concedidos, referem-se às obrigações do plano com os assistidos (aposentados e pensionistas).

A comparação entre a provisão matemática de benefícios concedidos com a provisão matemática de benefícios a conceder também permite verificar a maturidade do regime, na medida em que a proporção dos benefícios já concedidos é maior em relação ao total das provisões matemáticas, visto que o percentual médio nos planos de benefícios é de 65,3%, enquanto a média percentual dos benefícios concedidos é 34,7%.

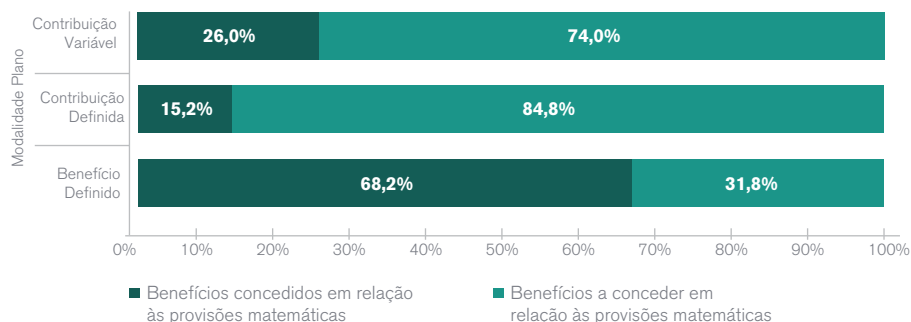
De todos os grupos de planos analisados, os planos BD, bem como aqueles de porte médio e grande, são os que possuem o percentual dos benefícios a conceder inferior à metade das provisões matemáticas. Destaca-se, ainda, os planos instituídos, que por serem mais novos possuem cerca de 7%, em média, das provisões matemáticas alocadas a benefícios já concedidos.

GRÁFICO 8.3.1 - Percentual das Provisões Matemáticas em Benefícios Concedidos e a Conceder, pela Instituição e por Fundamentação Legal dos Planos (Jun/2012)



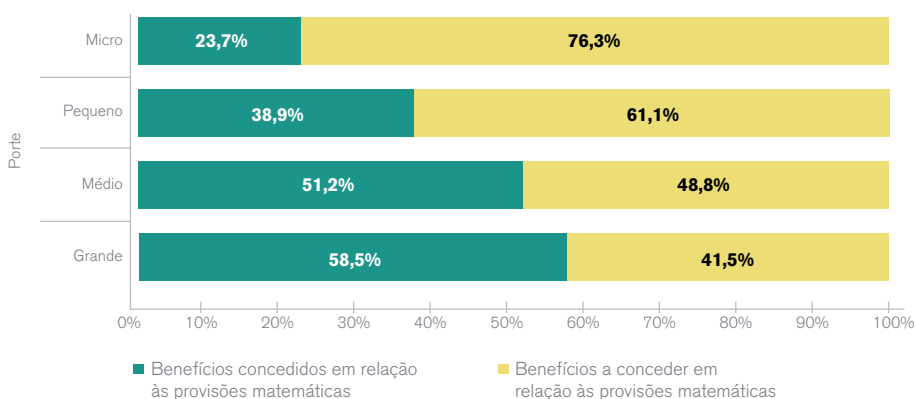
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 8.3.2 - Percentual das Provisões Matemáticas em Benefícios Concedidos e a Conceder, por Modalidade de Plano (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 8.3.3 - Percentual das Provisões Matemáticas em Benefícios Concedidos e a Conceder, por Porte dos Planos (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

9

SOLVÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Por ser um instrumento de formação de reservas no longo prazo, é desejável que o Regime de Previdência Complementar se apresente solvente e sustentável. Por solvência entende-se a situação em que o valor presente dos compromissos do plano é menor do que os recursos disponíveis para a quitação deles.

Já a sustentabilidade está associada à perenidade do plano de benefícios, de forma a manter, no futuro, a capacidade do plano em honrar suas obrigações. Assim, uma das diretrizes das políticas voltadas para o regime de previdência complementar é o fortalecimento da aplicação de boas práticas de gestão, de modo a subsidiar e permitir a tomada de decisão racional e responsável e que contemple os aspectos econômicos e sociais, bem como o incentivo à ação proativa no controle e mitigação dos riscos, com vistas à segurança financeira da entidade e dos planos de benefícios por elas administrados.

9.1. Equilíbrio dos Planos

O regime brasileiro de previdência complementar fechado, em seus dados agregados, mostra-se sólido, uma vez que o patrimônio acumulado é maior do que os seus compromissos. A maioria dos planos está com patrimônio igual ou superior ao necessário para pagar os benefícios contratados, pois, do total de planos de benefícios, apenas 2,4% encontra-se em situação inversa.

TABELA 9.1.1 - Percentual de Planos em Equilíbrio em relação a Todos os Planos, pela Instituição e por Fundamentação Legal dos Planos (Jun/2012)

Indicador	Média Total	Instituição do Plano		Fundamentação Legal Plano	
		Patrocinado	Instituído	LC 108 / LC 109	LC 109
Indicador de Equilíbrio	97,6%	97,5%	100,0%	93,8%	98,3%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 9.1.2 - Percentual de Planos em Equilíbrio em relação a Todos os Planos, por Modalidade e por Porte dos Planos (Jun/2012)

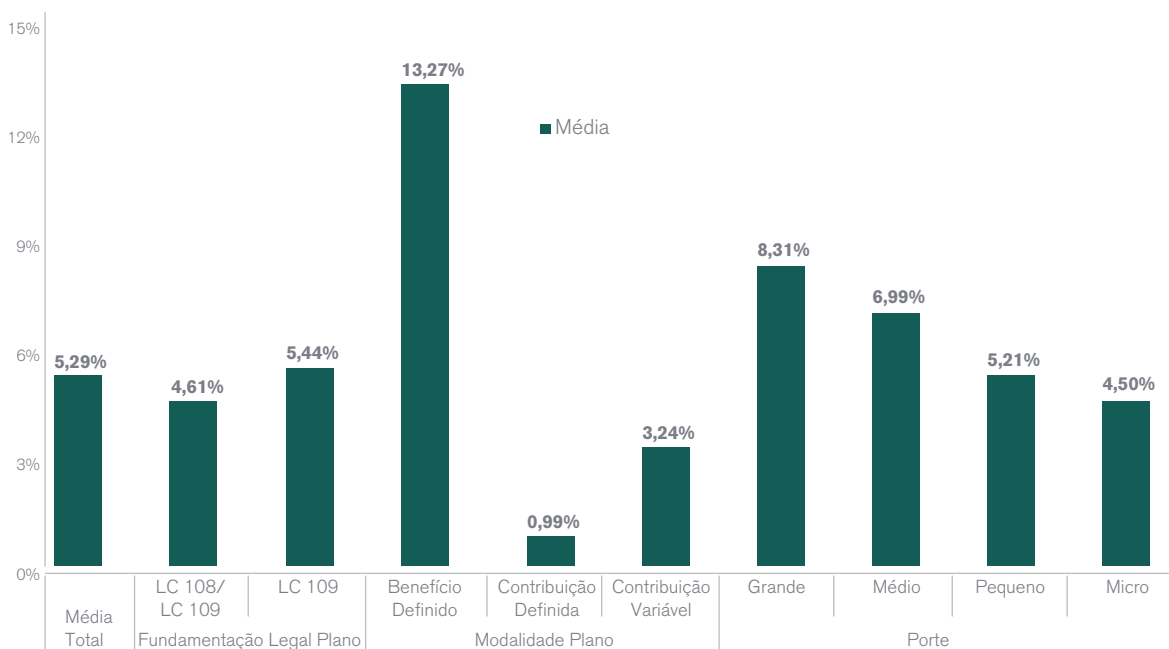
Indicador	Modalidade Plano			Porte			
	BD	CD	CV	Grande	Médio	Pequeno	Micro
Indicador de Equilíbrio	94,8%	100,0%	97,3%	98,3%	94,0%	97,1%	98,5%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

9.2. Resultados Realizados (Superávit ou Déficit) em relação às Provisões Matemáticas

Apesar de alguns planos estarem deficitários, verifica-se que, em média, os planos possuem um resultado realizado positivo correspondente a 5,3% das suas provisões matemáticas. Abaixo, a tabela com esses números (média) de acordo com a modalidade e o porte dos planos de benefícios.

GRÁFICO 9.2.1 - Superávit ou Déficit em relação às Provisões Matemáticas (Jun/2012)



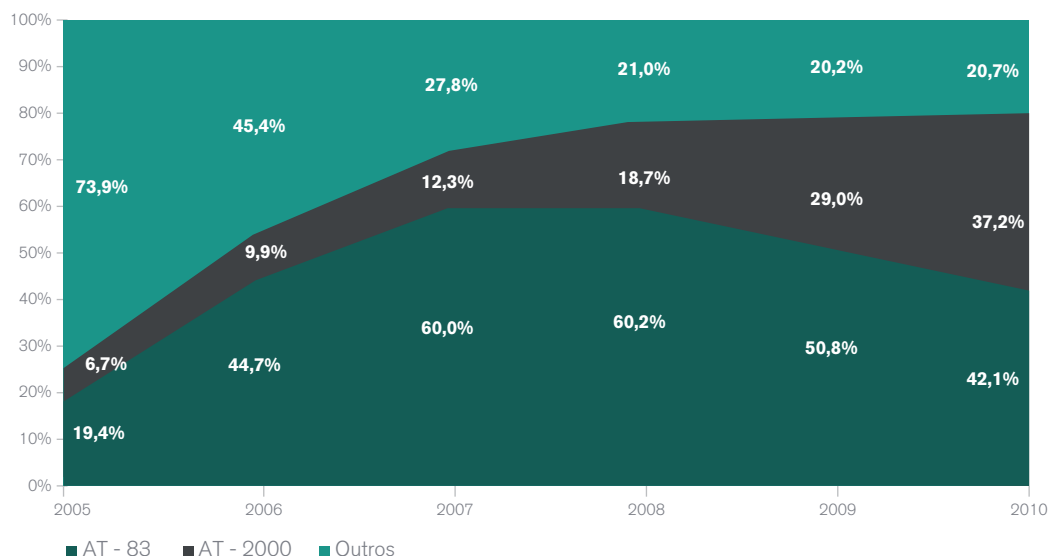
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SP/PC/MPS.

9.3. Tábuas de Mortalidade Geral

No período de 2005 a 2008, em relação à tábua de mortalidade geral, é possível observar a tendência de crescimento da utilização da tábua AT-83. Na sequência podemos observar a queda no número de planos que utilizaram a citada tábua, substituindo-a, em grande parte, pela AT-2000. Nos planos BD em 2010, por exemplo, a quantidade dos que utilizavam tábua AT-83 já era equivalente a dos que utilizavam AT-2000 (cerca de 44%).

As tabelas e gráficos apresentados a seguir mostram a distribuição dos planos em função da tábua utilizada na avaliação atuarial, no período de 2005 a 2010, com ênfase nas tábuas AT-2000 e AT-83. Nos anos de 2005, 2006 e 2007, a quantidade elevada de planos classificados como “Outros” deve-se ao fato da maioria utilizar tábuas que geravam expectativa de vida inferior à AT-83, permitidas pela legislação vigente à época. Em 2005, por exemplo, 19% dos planos utilizavam a tábua UP-94, as tábuas AT-49 e GAM-83 eram utilizadas em 14% dos planos, e a GAM-71 em 10% dos planos.

GRÁFICO 9.3.1 - Percentual de Planos de acordo com a Tábua de Mortalidade Geral Aplicada a Todos os Planos (2005 a 2010)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 9.3.1 - Percentual de Planos de acordo com a Hipótese de Tábua de Mortalidade Geral, por Modalidade e Total dos Planos de Benefícios Previdenciais (2005 a 2010)

		Percentual do Total (Quantidade de Planos)					
Modalidade	Tábua de Mortalidade Geral	Ano					
		2005	2006	2007	2008	2009	2010
BD	AT-83	23,9%	40,9%	57,7%	59,6%	51,3%	44,5%
	AT-2000	9,7%	15,4%	19,8%	28,9%	37,9%	43,9%
	Outras	66,5%	43,7%	22,5%	11,5%	10,8%	11,6%
CD	AT-83	17,6%	42,8%	52,8%	49,0%	41,4%	33,0%
	AT-2000	2,2%	4,5%	5,2%	10,9%	20,6%	30,1%
	Outras	80,2%	52,8%	42,0%	40,1%	38,0%	36,9%
CV	AT-83	15,9%	50,3%	68,9%	71,5%	60,0%	49,5%
	AT-2000	7,0%	9,0%	10,9%	16,3%	28,9%	38,4%
	Outras	77,2%	40,7%	20,2%	12,3%	11,1%	12,1%
Total	AT-83	19,4%	44,7%	60,0%	60,2%	50,8%	42,1%
	AT-2000	6,7%	9,9%	12,3%	18,7%	29,0%	37,2%
	Outras	73,9%	45,4%	27,8%	21,0%	20,2%	20,7%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

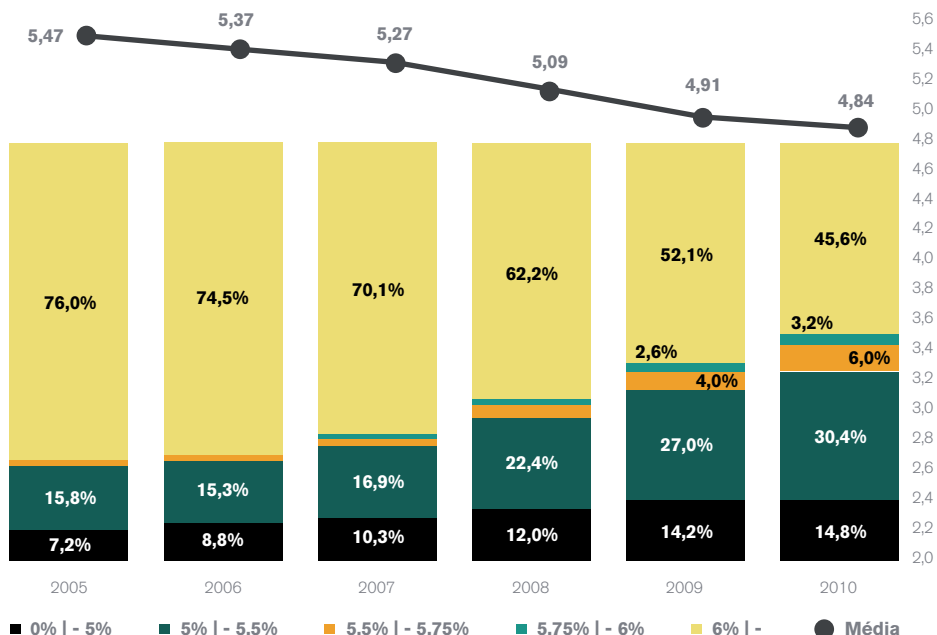
Como demonstrado pela tabela acima, as tábuas biométricas utilizadas para projeção da longevidade dos participantes e assistidos dos planos de benefícios foram sendo gradativamente substituídas, de modo a adequá-las às respectivas massas de participantes, sendo que, a partir de 2008, a legislação não admite que os planos utilizem tábua biométrica que gere expectativas de vida completa inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83.

Ressalte-se, ainda, que em muitos planos CD, nos quais os benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta dos participantes e assistidos, a informação quanto à tábua biométrica consta como “não aplicável” em razão da natureza dos referidos planos, sendo assim também computados em “outros”, o que justifica o percentual elevado dessa classificação nessa modalidade de planos de benefícios previdenciais.

9.4. Taxas de Juros

Em relação à taxa de juros, 76,0% dos planos estavam precificados a 6% em 2005 enquanto 7,2% estava com taxa inferior a 5%. Já em 2010 os planos que utilizavam a taxa de 6% representavam 45,6% do total e os com taxa de juros inferior a 5% eram 14,8% do universo de planos de benefícios previdenciais, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 9.4.1 - Percentual de Planos de acordo com as Taxas de Juros Aplicadas e Média da Taxa de Juros para Todos os Planos (2005 a 2010)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A queda mais significativa no número de planos com taxa de juros de 6% foi nos planos BD, que passaram de 85,8% para 48,6% entre 2005 e 2010, enquanto que os que mais diminuíram a taxa de juros para níveis abaixo de 5% foram os planos CD, passando de 13,2% para 30,1%, conforme tabela abaixo.

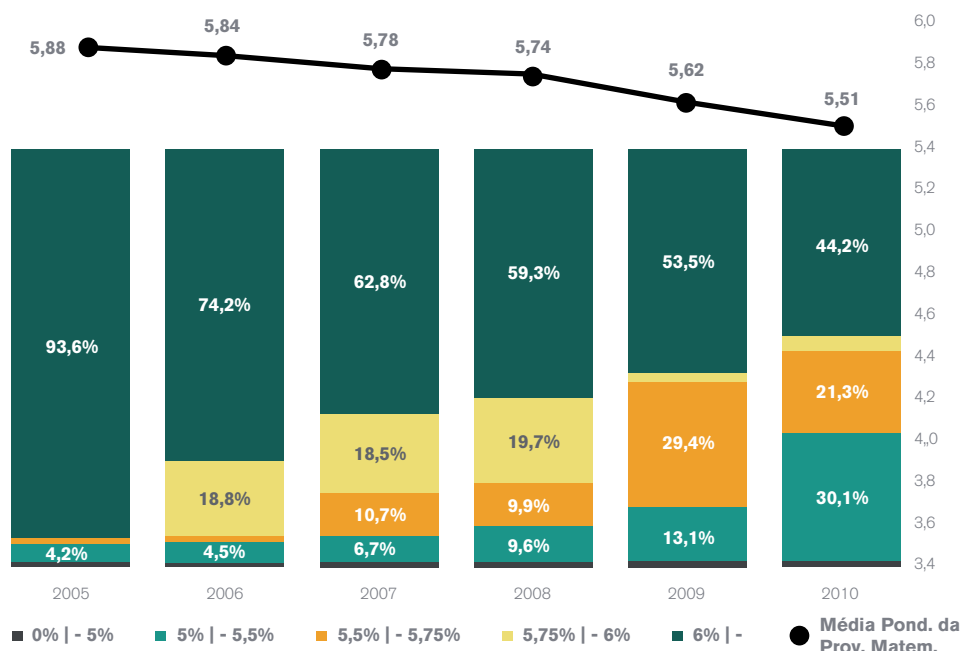
TABELA 9.4.1 - Percentual de Planos de acordo com a Hipótese de Taxa de Juros (2005 a 2010)

Modalidade	Taxa de Juros	Percentual do Total					
		Ano					
		2005	2006	2007	2008	2009	2010
BD	0% - 5%	5,1%	4,9%	4,0%	5,0%	5,7%	6,0%
	5% - 5,5%	8,2%	8,0%	10,8%	18,6%	24,5%	28,8%
	5,5% - 5,75%	0,9%	1,5%	3,1%	3,4%	6,1%	11,0%
	5,75% - 6%	0,0%	0,3%	1,2%	1,9%	4,1%	5,6%
	6% -	85,8%	85,2%	80,9%	71,1%	59,6%	48,6%
CD	0% - 5%	13,2%	16,7%	22,7%	26,3%	31,3%	30,1%
	5% - 5,5%	18,1%	15,2%	15,7%	21,8%	25,2%	27,8%
	5,5% - 5,75%	1,8%	1,1%	0,7%	1,0%	1,5%	2,3%
	5,75% - 6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	1,2%	1,4%
	6% -	67,0%	66,9%	60,8%	50,6%	40,8%	38,4%
CV	0% - 5%	5,0%	6,1%	5,4%	5,2%	5,1%	6,8%
	5% - 5,5%	22,5%	23,1%	24,4%	26,7%	31,4%	34,7%
	5,5% - 5,75%	0,7%	0,6%	1,6%	2,1%	4,4%	5,3%
	5,75% - 6%	0,0%	0,3%	1,3%	1,5%	2,5%	2,8%
	6% -	71,9%	69,9%	67,3%	64,4%	56,5%	50,5%
Total	0% - 5%	7,2%	8,8%	10,3%	12,0%	14,2%	14,8%
	5% - 5,5%	15,8%	15,3%	16,9%	22,4%	27,0%	30,4%
	5,5% - 5,75%	1,0%	1,1%	1,8%	2,2%	4,0%	6,0%
	5,75% - 6%	0,0%	0,2%	0,9%	1,2%	2,6%	3,2%
	6% -	76,0%	74,5%	70,1%	62,2%	52,1%	45,6%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

Quando analisado em função das provisões matemáticas dos planos de benefícios, a taxa de juros do regime de previdência complementar fechado apresentava uma taxa média de 5,51% em 2010.

GRÁFICO 9.4.2 - Percentual das Provisões Matemáticas do RPC de acordo com as Taxas de Juros Aplicadas e Média da Taxa de Juros das Provisões Matemáticas para Todos os Planos (2005 a 2010)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

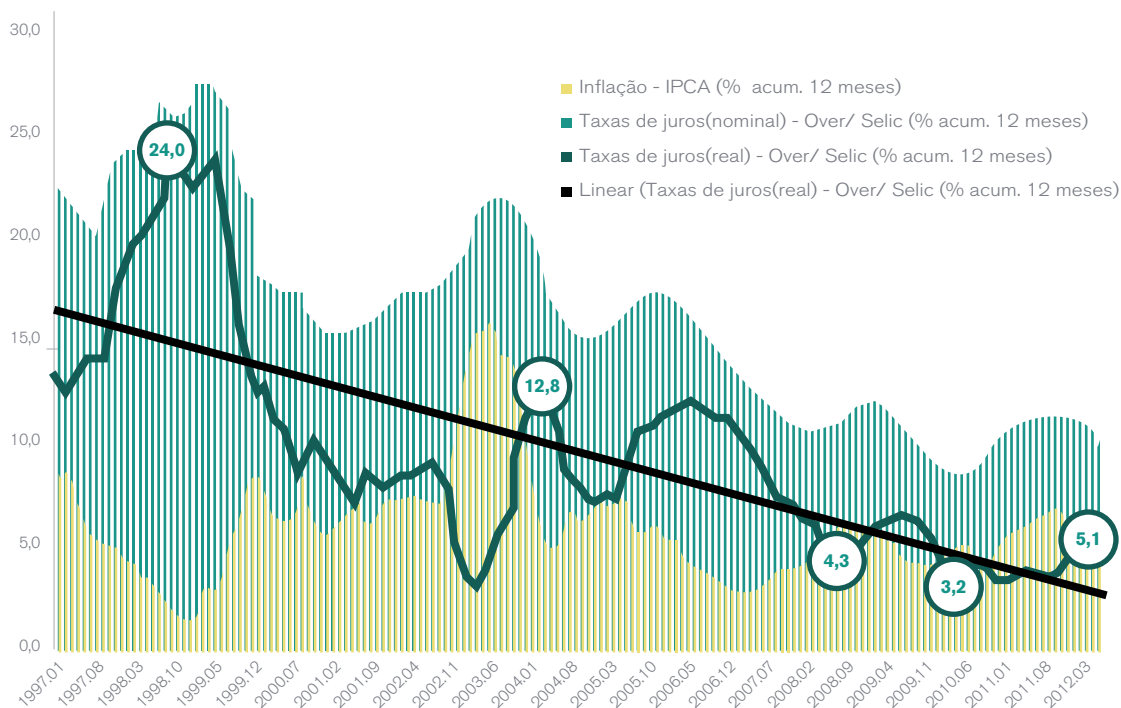
TABELA 9.4.2 - Percentual das Provisões Matemáticas do RPC de acordo com as Taxas de Juros Aplicadas - Total e por Modalidade de Plano (2005 a 2010)

		Percentual do Total das Reservas Matemáticas					
Modalidade	Taxa de Juros	Ano					
		2005	2006	2007	2008	2009	2010
BD	0% - 5%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%
	5% - 5,5%	1,9%	2,1%	3,3%	5,1%	7,6%	31,5%
	5,5% - 5,75%	0,3%	1,0%	13,3%	12,5%	35,7%	24,8%
	5,75% - 6%	0,0%	24,6%	24,2%	23,6%	2,0%	2,5%
	6% -	97,5%	72,0%	59,1%	58,5%	54,4%	41,1%
CD	0% - 5%	12,8%	13,7%	13,1%	14,2%	18,4%	14,7%
	5% - 5,5%	19,0%	17,3%	19,1%	40,7%	42,8%	41,1%
	5,5% - 5,75%	0,7%	0,7%	0,6%	0,8%	1,7%	10,1%
	5,75% - 6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	4,4%
	6% -	67,5%	68,2%	67,2%	44,4%	36,9%	29,8%
CV	0% - 5%	3,9%	1,1%	1,4%	1,2%	2,0%	3,2%
	5% - 5,5%	8,5%	9,6%	16,0%	15,6%	22,1%	19,8%
	5,5% - 5,75%	1,2%	1,1%	3,6%	2,4%	16,5%	12,9%
	5,75% - 6%	0,0%	1,1%	1,9%	10,9%	2,0%	2,2%
	6% -	86,4%	87,0%	77,1%	69,9%	57,5%	61,9%
Total	0% - 5%	1,7%	1,4%	1,4%	1,4%	2,1%	2,0%
	5% - 5,5%	4,2%	4,5%	6,7%	9,6%	13,1%	30,1%
	5,5% - 5,75%	0,5%	1,0%	10,7%	9,9%	29,4%	21,3%
	5,75% - 6%	0,0%	18,8%	18,5%	19,7%	1,9%	2,6%
	6% -	93,6%	74,2%	62,8%	59,3%	53,5%	44,2%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

A taxa de juros, neste caso podendo ser chamada de taxa de desconto, é a principal variável de influência no cálculo dos compromissos do plano de benefícios. Os juros reais praticados na economia brasileira seguem uma tendência de queda acentuada. O gráfico abaixo contém a taxa de juros nominal (Over-Selic) acumulada dos 12 meses anteriores em cada período, a partir de 1997, bem como a inflação (medida pelo IPCA) do mesmo período. Na análise do gráfico, é possível observar que enquanto a inflação demonstra certa estabilidade (em torno de 6%), os juros Selic estão em processo de queda. Desse modo, a diferença entre os juros nominais e a inflação que já foi de 16,4% ao final de 1997, com pico de 24% em outubro e novembro de 2008, chegou a um mínimo de 3,2% em maio de 2010.

GRÁFICO 9.4.3 – Taxa de Juros Nominal (Selic), Inflação (IPCA) e Taxa de Juros Real, descontada a Inflação (1997 a Jun/2012)



Fonte: Bacen, IBGE. Elaboração: SPPC/MPS.

Diante dessa realidade de queda acentuada nas taxas de juros, visualizam-se as seguintes opções para os planos de benefícios, quais sejam:

i) manter a taxa de juros com que o passivo vem sendo precificado, deixando-a acima dos juros reais da economia e buscar uma melhor eficiência na gestão dos recursos, de modo a alcançar, lastreados em outros investimentos, uma rentabilidade mais alta do que a dos títulos públicos;

ii) Postergar o ajuste da taxa de juros de modo a não gerar/aumentar déficit do plano agora, correndo o risco de imputar uma exigência de maior cobertura do déficit para a próxima geração de participantes e assistidos;

iii) ajustar a taxa de juros, considerando que os juros reais da economia estão em patamares mais baixos e seguir essa tendência, reduzindo a taxa de juros que desconta o passivo, e aceitar rentabilidades nos patamares dos títulos públicos, o que pode levar ao aumento do passivo, reduções nos benefícios, crescimento das contribuições ou no tempo para a aposentadoria ou diminuição das reservas de contingência/especial; ou,

iv) ajustar a taxa de juros e buscar maior eficiência na alocação dos investimentos de modo a obter rentabilidade mais elevada do que os títulos do governo e, assim, garantir segurança e sustentabilidade para o plano de benefícios no longo prazo, com taxas de juros mais conservadoras, permitindo a revisão quando esses parâmetros forem superados.

Como informação adicional, temos que 43,2% dos participantes e assistidos, em 2010, estavam em planos que utilizavam como hipótese a taxa de juros de 6%. Na sequência, a tabela apresenta o percentual de participantes e assistidos que estão nos planos previdenciais, distribuídos pela taxa de juros com as quais estão precificados seus respectivos passivos.

TABELA 9.4.3 - Percentual de Participantes e Assistidos nos Planos de acordo com a Hipótese de Taxa de Juros, por Modalidade e Total dos Planos de Benefícios Previdenciais (2005 a 2010)

Percentual do Total (Ponderado por Participantes e Assistidos)							
Modalidade	Taxa de Juros	Ano					
		2005	2006	2007	2008	2009	2010
BD	0% - 5%	3,0%	3,9%	6,6%	6,0%	5,4%	7,2%
	5% - 5,5%	4,4%	4,7%	5,5%	8,4%	17,2%	24,3%
	5,5% - 5,75%	0,5%	0,7%	7,0%	6,9%	25,5%	23,5%
	5,75% - 6%	0,0%	8,0%	8,1%	19,8%	2,3%	2,1%
	6% -	92,0%	82,8%	72,9%	58,8%	49,6%	43,1%
CD	0% - 5%	13,0%	70,6%	14,8%	12,8%	21,0%	20,2%
	5% - 5,5%	37,1%	11,2%	36,9%	47,3%	41,5%	41,3%
	5,5% - 5,75%	0,8%	0,2%	0,5%	0,4%	1,0%	4,8%
	5,75% - 6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,3%	4,0%
	6% -	49,1%	17,9%	47,8%	39,4%	36,1%	29,7%
CV	0% - 5%	3,5%	2,1%	1,9%	1,4%	1,8%	4,1%
	5% - 5,5%	14,1%	13,8%	20,6%	20,5%	25,2%	26,2%
	5,5% - 5,75%	1,0%	0,9%	3,0%	2,7%	15,7%	16,7%
	5,75% - 6%	0,0%	3,5%	4,6%	8,3%	2,6%	1,7%
	6% -	81,4%	79,7%	69,8%	67,1%	54,7%	51,3%
Total	0% - 5%	4,9%	28,9%	6,5%	5,8%	7,1%	8,9%
	5% - 5,5%	13,3%	9,5%	16,4%	20,9%	24,9%	28,7%
	5,5% - 5,75%	0,7%	0,6%	4,4%	4,1%	17,1%	16,9%
	5,75% - 6%	0,0%	3,8%	5,4%	11,6%	2,0%	2,4%
	6% -	81,1%	57,3%	67,2%	57,6%	48,8%	43,2%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

9.5. Sustentabilidade

Uma medida de sustentabilidade do RPC é avaliar o quanto os passivos dos planos estão precificados em patamares que garantam a segurança do pleno pagamento de seus compromissos, dados os indicadores demográficos (tábuas de mortalidade) e econômicos (taxa de juros), considerando que quanto maior a quantidade de planos com premissas mais prudentes e condizentes com a realidade, menor serão as chances de se tornarem insolventes no futuro. Os planos com hipóteses superiores à exigência regulamentar¹² eram de 33,78% em 2009 e 44,15% em 2010.

TABELA 9.5.1 - Planos com Hipóteses Superiores à Exigência Regulamentar (2009 a 2010)

Ano	Modalidade		
	BD	CD	CV
2010	40,74%	50,70%	40,43%
2009	30,72%	42,42%	27,90%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

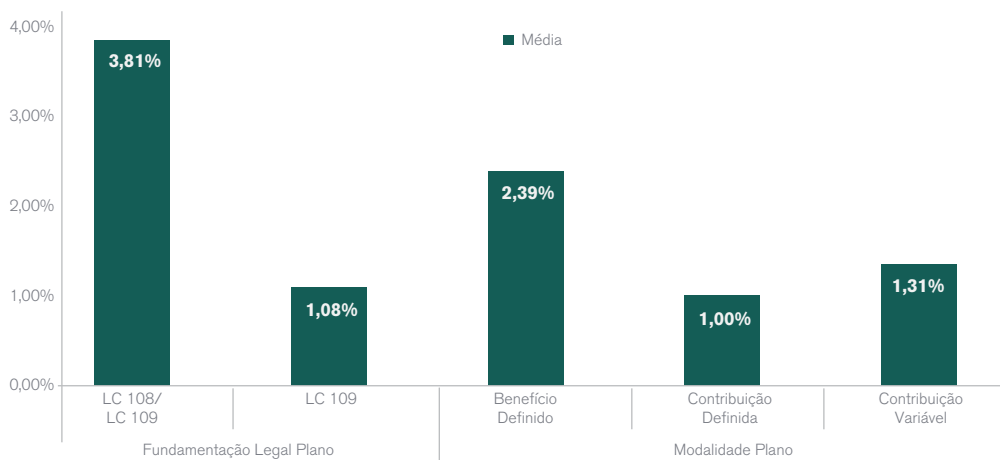
12. Neste indicador, os planos com informação de tábuas não aplicáveis e taxa de desconto inferior a 6% foram considerados se estivessem com hipóteses superiores à exigência.

9.6. Grau de Dependência Junto aos Patrocinadores

Os patrocinadores dos planos de benefícios, parte importante da relação previdenciária, são responsáveis pela sua criação, contribuindo, junto com os participantes, para a manutenção e gestão dos planos e na formação das reservas necessárias ao pagamento dos benefícios. Parte dos recursos de alguns planos estão vinculados aos respectivos patrocinadores, seja em razão de contratos de dívida, contribuições em atraso, ou mesmo devido a investimentos nessas empresas.

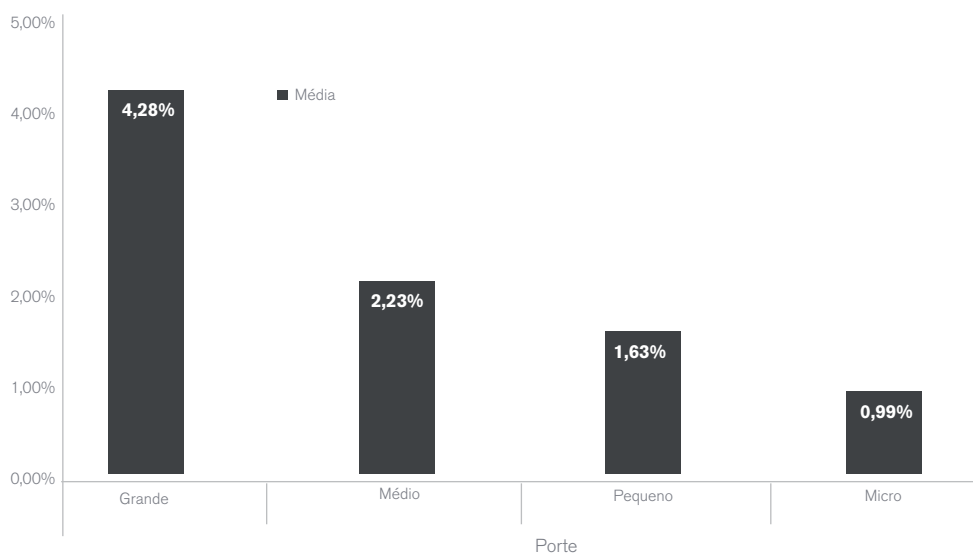
A análise do grau de dependência junto aos patrocinadores é importante do ponto de vista da sustentabilidade dos planos de benefícios, visto que um grau de dependência muito elevado pode atrelar a segurança futura do plano de benefícios ao sucesso empresarial do patrocinador, quando deveriam estar desassociadas, dado a independência patrimonial do plano. A média do grau de dependência junto aos patrocinadores dos planos de benefícios é baixa, sendo de 1,5% do ativo total.

GRÁFICO 9.6.1 - Média do Percentual de Dependência junto aos Patrocinadores, por Fundamentação Legal e Modalidade de Plano (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 9.6.2 - Média do Percentual de Dependência junto aos Patrocinadores, por Porte dos Planos (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

10

CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

O custeio administrativo dos planos de benefícios refere-se ao volume de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA¹³, como forma de cobrir as despesas das EFPC na administração dos planos. Importante ressaltar que as informações descritas nos itens abaixo não trarão uma visão completa da distribuição do custeio administrativo, visto que estão baseadas nos dados contábeis de junho de 2012 sendo que o custeio de um plano deve ser avaliado anualmente, dadas as diversas formas de destinação de recursos dos planos para o PGA (distribuída durante o ano ou concentrada em períodos específicos do ano como no início e no final).

10.1. Custeio Administrativo por Participante e Assistido do Plano

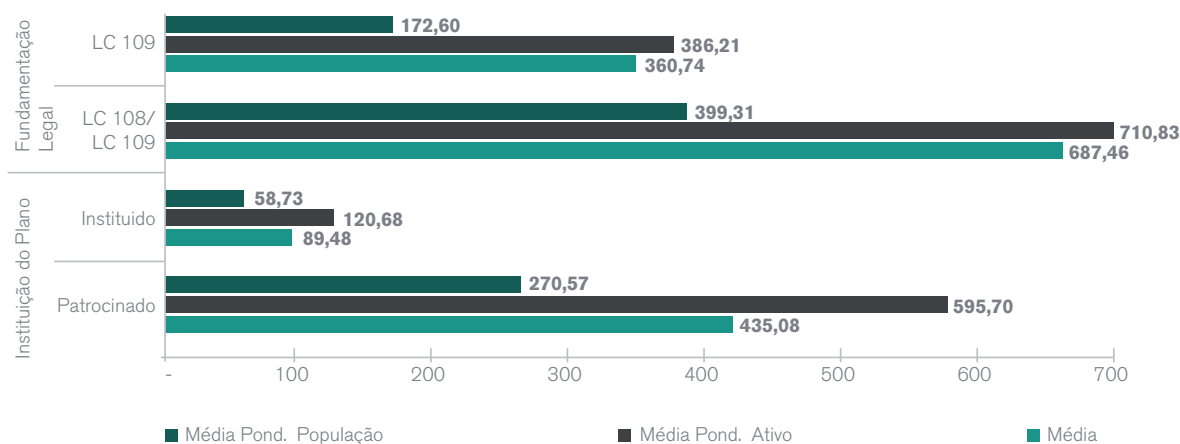
O custeio administrativo médio por participante e assistidos foi de R\$ 418 no primeiro semestre de 2012 (ou R\$ 69,67 por mês). Como destacado na introdução deste tópico, os dados de janeiro a junho de 2012 fornecem uma visão parcial do custeio administrativo total por participante e assistido, visto que nem todos os recursos para a cobertura do custeio administrativo dos planos foram destinados dos planos para o PGA, tendo em vista que existem as receitas administrativas geradas dentro das próprias entidades. Assim, como forma de comparação, a tabela abaixo traz as mesmas informações para o ano de 2011, e para o primeiro semestre de 2012, no qual verifica-se que os valores, quando divididos pela quantidade de meses a que se referem, não são tão discrepantes de um ano para o outro.

TABELA 10.1.1 - Custeio Administrativo por Participante e Assistido para Todos os Planos - Média Simples, Média Ponderada pelos Ativos e Média Ponderada pela População (2011 a Jun/2012)

Custeio por participante e assistido	Janeiro a Junho de 2012 (6 meses)		Janeiro a Dezembro de 2011 (12 meses)	
	Total	Mensal	Total	Mensal
Média	418,14	69,69	863,36	71,95
Média Pond. Ativo	594,33	99,06	1.022,79	85,23
Média Pond. População	262,77	43,80	467,42	38,95

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

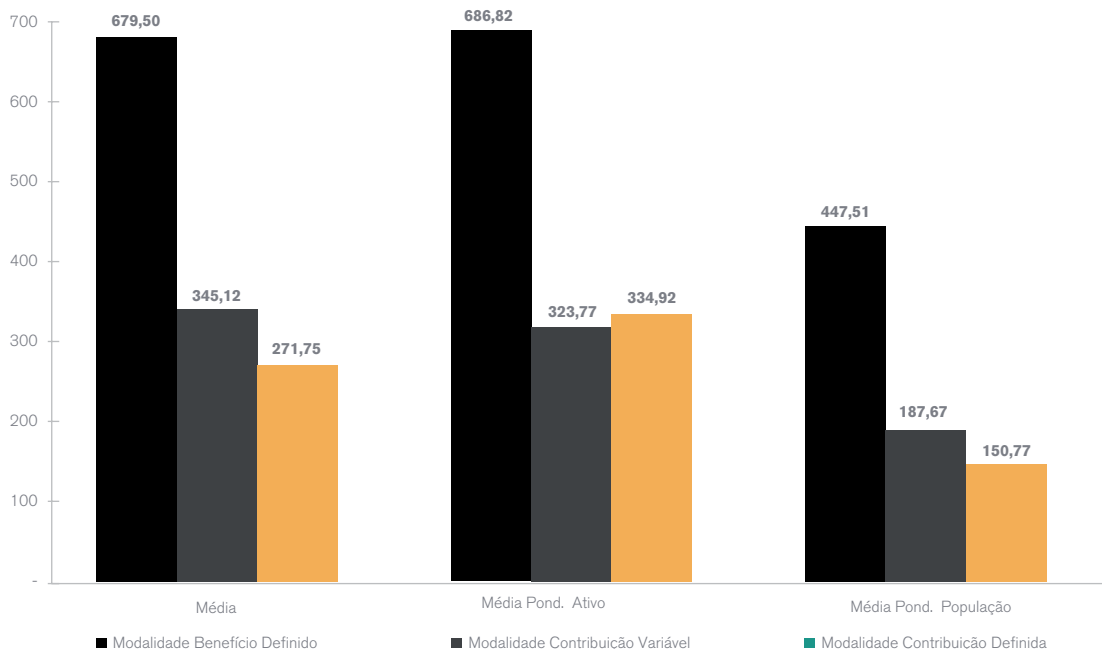
GRÁFICO 10.1.1 - Custeio Administrativo por Participante e Assistido - Média Simples, Média Ponderada pelos Ativos e Média Ponderada pela População - pela Instituição e por Fundamentação Legal dos Planos (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

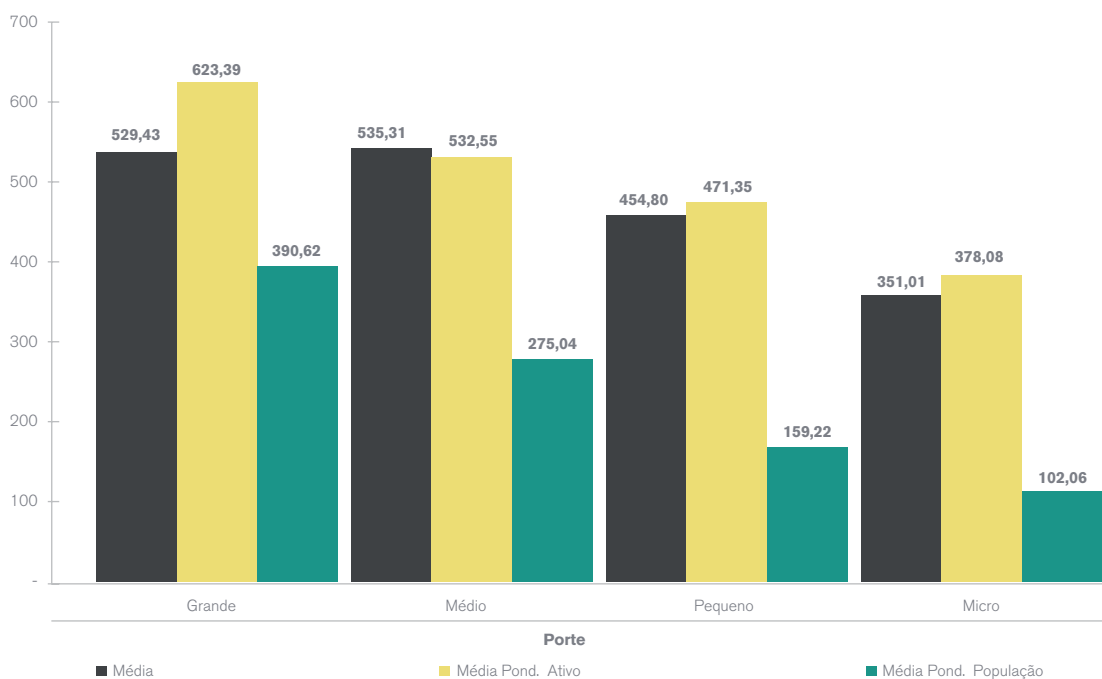
13. As despesas administrativas das EFPC (gastos realizados na administração de seus planos de benefícios) são realizadas por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA (ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu regulamento).

GRÁFICO 10.1.2 - Custeio Administrativo por Participante e Assistido - Média Simples, Média Ponderada pelos Ativos e Média Ponderada pela População - por Modalidade de Plano (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 10.1.3 - Custeio Administrativo por Participante e Assistido - Média Simples, Média Ponderada pelos Ativos e Média Ponderada pela População - por Porte dos Planos (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

10.2. Taxa de Administração

A taxa de administração é calculada considerando o valor transferido dos planos de benefícios para o PGA dividido pelos recursos garantidores dos planos. Em 2011, a taxa de administração média dos planos de benefícios foi de 0,33%, os dados de janeiro a junho de 2012 estão apresentados abaixo.

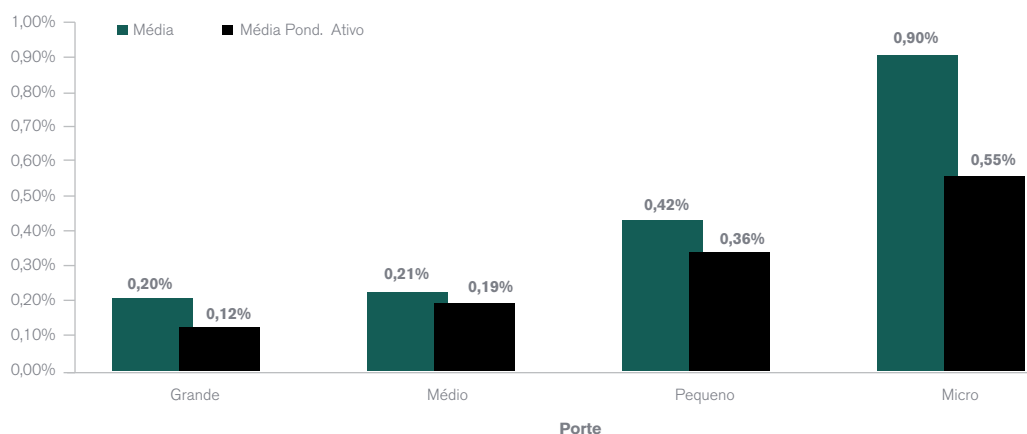
As tabelas e gráficos por porte mostram a tendência de ganho de escala. Em ambas, a coluna ponderada por ativo aponta o mesmo viés, ou seja, entidades maiores tendem a ter menores custos administrativos relativos ao patrimônio administrado.

TABELA 10.2.1 - Taxa de Administração Média e Média Ponderada pelos Ativos, para Todos os Planos, pela Instituição e por Fundamentação Legal dos Planos (Jan/2012 a Jun/2012)

Taxa de Administração	Todos os planos	Instituição do Plano		Fundamentação Legal Plano	
		Patrocinado	Instituído	LC 108 / LC 109	LC 109
Média	0,63%	0,62%	0,85%	0,82%	0,58%
Média Ponderada pelos ativos dos planos	0,15%	0,15%	0,41%	0,15%	0,16%

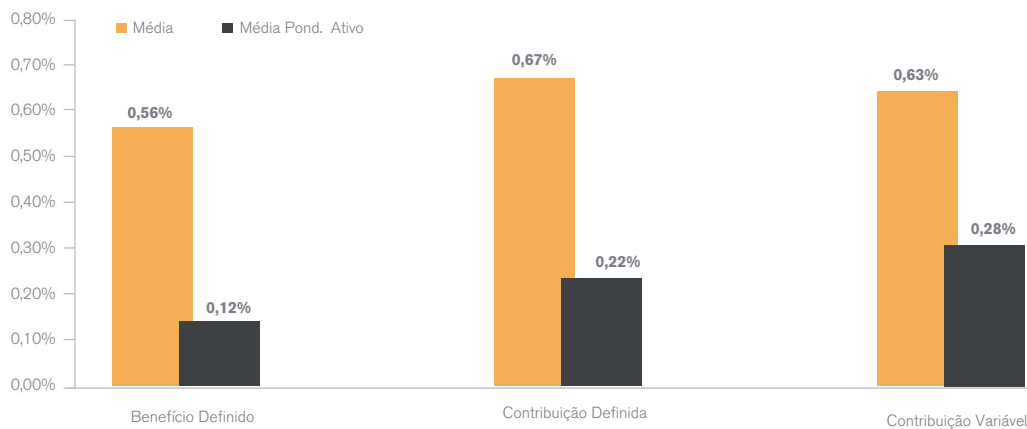
Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 10.2.1 - Taxa de Administração Média e Média Ponderada pelos Ativos, por Porte dos Planos (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 10.2.2 - Taxa de Administração Média e Média Ponderada pelos Ativos, por Modalidade de Plano (Jan/2012 a Jun/2012)

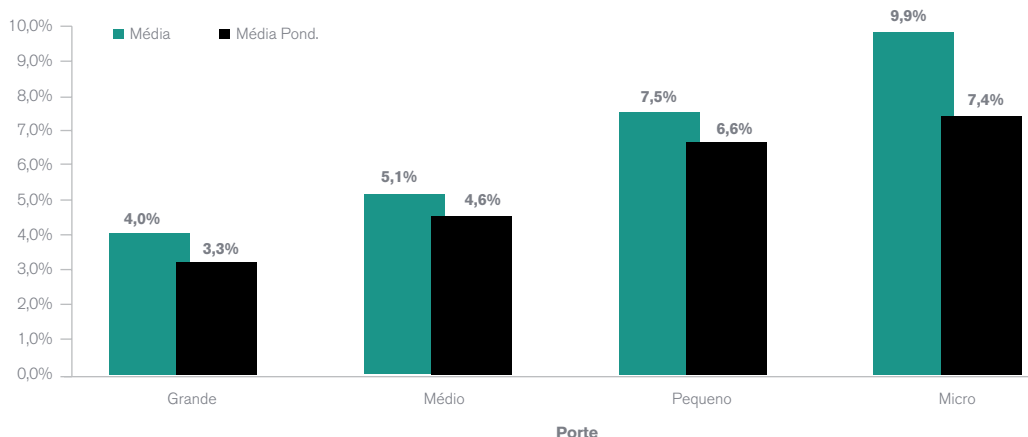


Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

10.3. Taxa de Carregamento

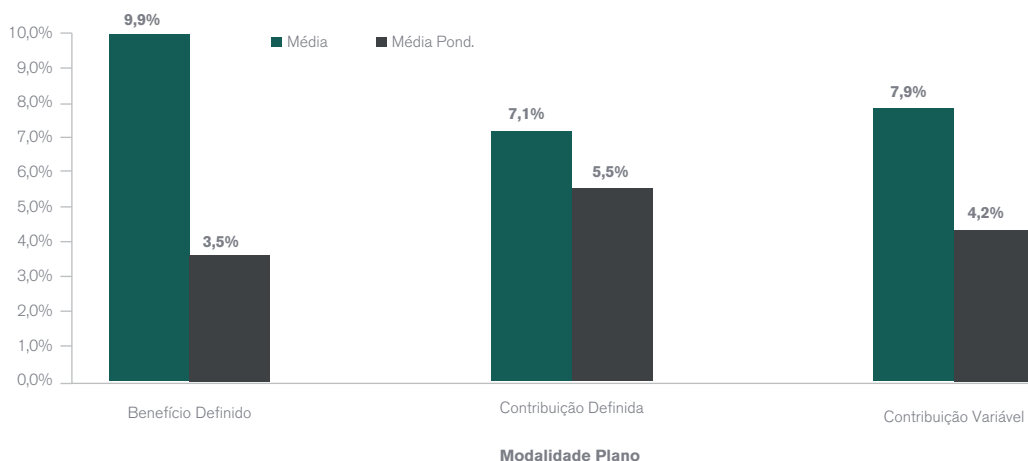
A taxa de carregamento¹⁴ mostra o percentual dos recursos para cobertura das despesas administrativas dos planos incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos.

GRÁFICO 10.3.1 - Taxa de Carregamento Média e Média Ponderada pelos Ativos, por Porte dos Planos (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

GRÁFICO 10.3.2 - Taxa de Carregamento Média e Média Ponderada pelos Ativos, por Modalidade de Plano (Jan/2012 a Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

TABELA 10.3.1 - Taxa de Carregamento Média e Média Ponderada pelos Ativos, para Todos os Planos, pela Instituição e por Fundamentação Legal (Jan/2012 a Jun/2012)

Indicador		Todos os planos	Instituição do Plano		Fundamentação Legal Plano	
			Patrocinado	Instituído	LC 108 / LC 109	LC 109
Taxa de Carregamento	Média	8,2%	8,2%	8,0%	9,0%	8,1%
	Média Ponderada pelos ativos dos planos	3,8%	3,8%	9,7%	3,6%	4,2%

Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

14. Calcula-se pelo valor transferido da Gestão Previdencial para o PGA dividido pelo total acumulado das contribuições e benefícios no período.

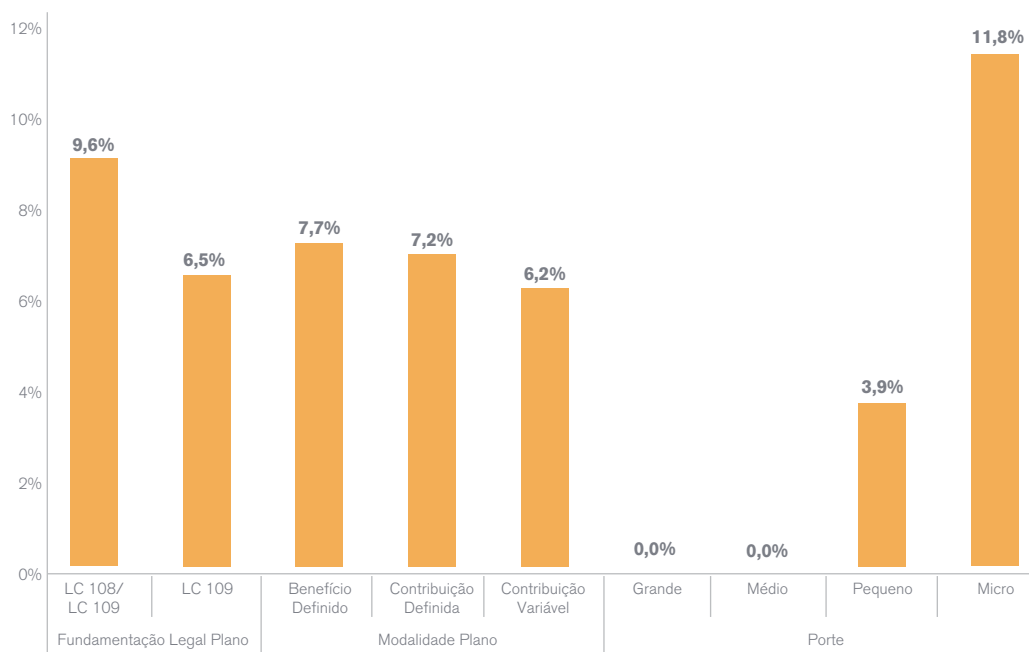
10.4. Limites do Custeio Administrativo

Quanto ao custeio administrativo, a Lei Complementar nº 108/2001 delegou ao órgão regulador das EFPC a competência para determinar limites e critérios para as despesas administrativas das entidades reguladas por aquela lei. Assim sendo, foi estabelecido por meio da Resolução CGPC nº 29/2009 que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa pelo conjunto dos planos de benefícios administrados pelas entidades regidas pela LC nº 108, de 2001, deve ser de até 1% para a taxa de administração ou de até 9% para a taxa de carregamento.

Considerando esses dois limites¹⁵, segue abaixo o percentual de planos de benefícios que possuem tanto a taxa de administração quanto a de carregamento acima deles. Cabe ressaltar que o percentual de planos acima desses limites não indica, necessariamente, uma situação de irregularidade por parte das EFPC, visto que são relativos ao conjunto de planos que cada EFPC administra e não a cada plano individualmente e, além disso, a legislação estabelece limites apenas para as EFPC de que trata a LC nº 108/2001 (públicas).

Tendo em vista essas ressalvas, temos que 7% dos planos de benefícios possuem a taxa de carregamento acima de 9% e a taxa de administração acima de 1%. Na sequência, gráfico com o percentual distribuído por grupos de planos.

GRÁFICO 10.4.1 - Percentual de Planos com Taxa de Carregamento acima de 9% e Taxa de Administração acima de 1%, por Fundamentação Legal, Modalidade de Plano e Porte (Jun/2012)



Fonte: BO/PREVIC. Elaboração: SPPC/MPS.

¹⁵ Apesar dos limites serem relativos ao total de despesas anuais, esses dados são relativos ao período de janeiro a junho de 2012.

NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO NO RPC

Uma medida de comparação nos níveis de concentração, utilizada pela OCDE, é o percentual de participantes e assistidos, bem como dos ativos, que estão concentrados nos 3 maiores Fundos de Pensão de cada país. A seguir, tabela com os pontos de alguns países em termos de ativos e participantes, disponibilizados pela OCDE.

TABELA 11.1 - Concentração dos Ativos Totais em comparação com a Adesão dos Três Maiores Fundos de Pensão em Países Selecionados (2010)

País	Ativos*	Membros**
Chile	76,9	86,6
Grécia	96,3	84,8
Áustria	71,4	71,4
Eslovênia	71	71,1
Estônia	63,1	70,9
República Tcheca	55,6	53,4
Polônia	61,3	52,8
México	38,2	38,2
Noruega	37,6	37,7
Alemanha	27,1	31,8
Finlândia	48,5	28,5
Nova Zelândia	19,2	22,7
Itália	20,2	21,5
Austrália	9,4	19,9
Espanha	4,7	5,4
Macedônia	99,9	97,5
Peru	85,2	77,6
Colômbia	77,7	70,6
Bulgária	69,6	67,3

* Ativos: Considerado o patrimônio dos Fundos de Pensão

** Membros: Considerados os participantes e assistidos dos Fundos de Pensão.

Fonte: OECD Global Pension Statistics. Elaboração: SPPC/MPS

Quanto à distribuição dos ativos entre as entidades fechadas, pode-se verificar a forte concentração nos três maiores Fundos de Pensão brasileiros. Essas entidades somam em torno de 18% dos membros (participantes e assistidos) e 45% dos ativos de todos os fundos de pensão brasileiros, patrocinadas predominantemente por três grandes empresas públicas do Brasil, nas quais a maioria dos empregados conserva sua relação formal de trabalho até a aposentadoria.

Os dados contidos nesse Informe foram obtidos por meio das informações encaminhadas pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC à Previc (dados cadastrais, contábeis, benefícios, população, atuariais, etc) e extraídos pela Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC do sistema que agrega estas informações (Business Object – BO). Sendo assim, a referência da fonte das informações consta como “BO/Previc” e a elaboração pela “SPPC”.

A maioria das informações refere-se ao primeiro semestre de 2012, exceto aquelas relativas aos dados atuariais, tais como benefício médio, salário médio, tábua de mortalidade e taxa de juros, para os quais não se dispunha, até a conclusão do Informe, de dados mais atualizados.

Os indicadores intrínsecos aos planos de benefícios foram obtidos das informações contábeis encaminhadas pelas EFPC e por meio da aplicação das fórmulas correspondentes em cada um dos planos de benefícios¹⁶. A média apresentada refere-se à soma dos resultados individuais de cada plano dividida pela quantidade de planos. Portanto, destaca-se que as médias, quando apresentadas, não compreendem o resultado geral do RPC (que seria dado pela aplicação do indicador ao total das respectivas contas) mas, sim, a média dos valores apurados individualmente em cada plano.

A título de exemplo da metodologia aplicada, considerando hipoteticamente um indicador que seja dado pela relação entre os valores (A) e (B) abaixo:

PLANO	(A)	(B)	(A) / (B)
1	50	100	0,5
2	20	100	0,2
3	100	50	2,0
Total	170	250	0,68



Nesse caso, quando relacionado ao total das duas contas o indicador apresentaria o valor de 0,68, enquanto a média do indicador aplicado a cada plano de benefícios seria de 0,9, sendo essa a forma de apresentar os indicadores extraídos dos dados contábeis neste informe.

Para maior confiabilidade dos resultados, os valores significativamente acima ou abaixo da mediana, também chamado de “outliers”, os quais se diferenciam excessivamente dos indicadores individuais dos planos, foram excluídos. A retirada dos outliers se fez necessária como forma de obter um conjunto de informações mais homogêneo, bem como reduzir a possibilidade de que as médias fossem afetadas por valores extremos. Foram excluídos os valores correspondentes aos 2,5% mais extremos (para cima e para baixo).

Quando possível, as médias dos indicadores estão descritas, ainda, por grupo de planos, divididos em função: a) da modalidade (contribuição definida – CD, benefício definido – BD e contribuição variável – CV); b) da fundamentação legal (LC nº 108/109 – patrocínio público e LC nº 109 – patrocínio privado); c) pela instituição do plano (patrocinado ou instituído); d) por porte (grande, médio, pequeno e micro).

Essa última segmentação (porte) foi utilizada como medida para comparar os grupos de planos mais próximos em termos de ativo total e segue metodologia semelhante à utilizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para classificar as instituições financeiras. Para essa definição, os planos de benefícios foram classificados em ordem decrescente de participação (percentual do ativo do plano em relação ao total do RPC), obtendo-se o porte de cada plano por meio dos seguintes critérios:

i. Grande porte: planos que compõem a faixa de 0% a 75% (inclusive), do montante de participação acumulada no total de ativos do RPC;

¹⁶ As informações relativas aos segmentos de aplicação (item 6.4) não estão apresentadas com base nessa metodologia, mas sim com base nos valores agregados de todos os planos.

- ii. Médio porte: planos que compõem a faixa entre 75% e 90% (inclusive), de participação acumulada;
- iii. Pequeno porte: planos que compõem a faixa entre 90% e 99% (inclusive); e
- iv. Microporte: os demais planos, que compõem a faixa acima de 99% até 100%.

Após aplicação de critérios de segmentação as EFPC/Planos foram agrupadas, conforme as quantidades abaixo.

PORTE					
Modalidade	Grande	Médio	Micro	Pequeno	Total Geral
Benefício Definido	34	58	131	123	346
Contribuição Definida	7	23	310	109	449
Contribuição Variável	19	35	167	143	364
Total Geral	60	116	608	375	1.159

Elaboração: SPPC/MPS.

A seguir, detalhamento das fórmulas utilizadas para o cálculo dos indicadores extraídos dos dados contábeis relacionados nos tópicos desse informe.

I. Ativo Líquido: 1.0 (Ativo) - {2.1. (Exigível Operacional) + 2.2. (Exigível Contingencial) + 2.3.2. (Fundos)}.

II. Passivo Atuarial: 2.3.1.1 (Provisões Matemáticas).

III. Investimento Líquido: 1.2.3 (Ativo - Investimentos) - 2.1.3 (Exigível Operacional - Investimentos) - 2.2.3 (Exigível Contingencial - Investimentos).

IV. Contribuições Normais: 3.1.1.1.01 (Patrocinadores) + 3.1.1.2.01 (Instituidores) + 3.1.1.3.01.01 (Participantes - Ativos) + 3.1.1.3.02.01 (Assistidos) + 3.1.1.4.01 (Autopatrocinaados) + 3.1.1.5.01 (Participantes em BPD).

V. Benefícios: 3.2.1 (Benefícios de Prestação Continuada) + 3.2.2 (Benefícios de Prestação Única).

VI. Relação entre Benefícios e Contribuições Normais: Benefícios / Contribuições Normais.

VII. Percentual de Equilíbrio Técnico: Ativo Líquido / Passivo Atuarial.

VIII. Indicador de Equilíbrio: Percentual de Equilíbrio Técnico superior a 0,99.

IX. Recursos Garantidores: {1.1.0 (Disponível) + 1.2.3 (Investimentos) - (2.1.3 (Exigível Operacional - Investimentos) + 2.2.3 (Exigível Contingencial - Investimentos))}.

X. Fluxo de Contribuições e Benefícios: (3.1.1.1 (Patrocinadores) + 3.1.1.3 (Participantes) + 3.1.1.4 (Autopatrocinaados) + 3.1.1.5 (Participantes em BPD)) + (3.2.1 (Benefícios de Prestação Continuada) + 3.2.2 (Benefícios de Prestação Única)).

XI. Recursos destinados ao PGA: (3.4.2 (Contribuições/Reembolsos) + 5.4 (Cobertura/Reversão de Despesas Administrati-

vas) - 3.4.1 (Recursos Oriundos do PGA)).

XII. Taxa de Administração: Recursos Destinados ao PGA / Recursos Garantidores.

XIII. Taxa de Carregamento: Recursos Destinados ao PGA / Fluxo de Contribuições e Benefícios.

XIV. Indicador de taxas acima dos limites de carregamento e administração (CGPC 29): Taxa de Administração superior a 1% e Taxa de Carregamento superior a 9%.

XV. Investimentos em Carteira Terceirizada (Fundos de Investimentos): 1.2.3.4 (Fundos de Investimento).

XVI. Investimentos em Carteira Própria: 1.2.3 (Investimentos) - 1.2.3.4 (Fundos de Investimento).

XVII. Recebíveis junto aos Patrocinadores: 1.2.1.1.02.01 (Contribuições em Atraso - Patrocinadores) + 1.2.1.1.04 (Contribuições Contratadas) + 1.2.3.2.08 (Créditos Privados e Depósitos - Patrocinadores) + 1.2.3.3.06 (Ações - Patrocinadores).

XVIII. Grau de dependência junto aos Patrocinadores: Recebíveis junto aos Patrocinadores / 1.0 (Ativo).

XIX. Provisões Matemáticas Constituídas e a Constituir: 2.3.1.1 (Provisões Matemáticas) + 2.3.1.1.03 (Provisões Matemáticas a Constituir).

XX. Benefícios Concedidos em Relação às Provisões Matemáticas (Constituídas e a Constituir): 2.3.1.1.01 (Benefícios Concedidos) / Provisões Matemáticas Constituídas e a Constituir.

XXI. Benefícios a Conceder em relação às Provisões Matemáticas (Constituídas e a Constituir): 2.3.1.1.02 (Benefícios a Conceder) / Provisões Matemáticas Constituídas e a Constituir.

XXII. Pagamento de Benefícios e Institutos: 3.2.1 (Benefícios de Prestação Continuada) + 3.2.2 (Benefícios de Prestação Única) + 3.2.3 (Institutos).

XXIII. Percentual de Resgate e Portabilidade em relação ao Pagamento de Benefícios e Institutos: 3.2.3 / Pagamento de Benefícios e Institutos.

XXIV. Percentual de Benefícios em relação à Saída de recursos por Institutos e Benefícios: (3.2.1 (Benefícios de Prestação Continuada) + 3.2.2 (Benefícios de Prestação Única)) / Pagamento de Benefícios e Institutos.

XXV. Superávit ou Déficit em relação às Provisões Matemáticas: 2.3.1.2.01 (Resultados Realizados) / 2.3.1.1 (Provisões Matemáticas).

XXVI. Ingresso de recursos de Participantes e Assistidos: 3.1.1.3.01 (Ativos) + 3.1.1.3.02 (Assistidos) + 3.1.1.4 (Autopatrocinaados) + 3.1.1.5 (Participantes em BPD).

XXVII. Ingresso de recursos de Patrocinadores e Instituidores: 3.1.1.1 (Patrocinador) + 3.1.1.2 (Instituidor).

XXVIII. Ingresso total de recursos correntes na gestão previdencial: 3.1.1 (Correntes) - 3.1.1.6 (Provisões) - 3.1.1.9 (Outros Recursos Correntes).

XXIX. Renda Fixa: 1.2.3.1 (títulos públicos) + 1.2.3.2 (créditos privados e depósitos) + 1.2.3.4.01 (fundos de curto prazo) + 1.2.3.4.02 (fundos referenciados) + 1.2.3.4.03 (fundos de renda fixa) + 1.2.3.4.09 (fundos de direitos creditórios).

XXX. Renda Variável: 1.2.3.3 (ações) + 1.2.3.4.04 (fundos de ações) + 1.2.3.4.05 (fundos cambiais) + 1.2.3.4.08 (fundos de índice de mercado) + 1.2.3.5 (derivativos) + 1.2.3.4.07 (fundos multimercados).

XXXI. Imóveis: 1.2.3.6 (investimentos imobiliários)

XXXII. Operações com Participantes: 1.2.3.7 (empréstimos e financiamentos).

XXXIII. Investimentos Estruturados: 1.2.3.4.10 (fundos de empresas emergentes) + 1.2.3.4.11 (fundos de participações) + 1.2.3.4.12 (fundos imobiliários).

XXXIV. Investimentos no Exterior: 1.2.3.4.06 (fundos de dívida externa).

XXXV. Demais Investimentos: + 1.2.3.4.13 (fundo de empréstimos de cotas de fundos) + 1.2.3.4.99 (outros fundos) + 1.2.3.9 (outros realizáveis de investimentos) + 1.2.3.8 (depósitos judiciais).

*Secretaria de Políticas de
Previdência Complementar*



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

